

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Está rejeitada a matéria. (*Palmas.*)

Está rejeitada a matéria. É projeto de lei complementar.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria agradecer aos Srs. Senadores que votaram em uma posição ou em outra posição. Eu queria agradecer muito a V. Exª por ter colocado esse ponto em votação. E eu acho, Sr. Presidente, sinceramente, que nós demos um recado, também hoje aqui, ao Banco Central. As nossas preocupações com o crescimento econômico, com o desemprego. E quero por fim anunciar, Sr. Presidente, que no primeiro dia de fevereiro eu reapresentarei esse projeto, porque a discussão vai voltar no próximo ano.

Muito obrigado a todos.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – E eu assino embaixo!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – E, se houvesse empate e eu tivesse que votar, eu votaria em favor do projeto.

Item 1:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 555, DE 2015 (Em urgência - Requerimento nº 1.048, de 2015)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 555, de 2015 (apresentado como conclusão do Relatório nº 1, de 2015-CN, da Comissão Mista, destinada a apresentar Projeto de Lei de Responsabilidade das Estatais), que *dispõe sobre a responsabilidade das sociedades de economia mista e empresas públicas que especifica, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e sobre seu estatuto jurídico.*

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Não há um acordo construído para que a medida provisória pudesse ser votada?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Já foi.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Presidente. Nós havíamos feito uma solicitação de votarmos primeiro a medida provisória. Não foi esse o entendimento? Pergunto a V. Exª. Nós não iríamos votar primeiro a medida provisória?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Já votamos, já votamos a medida provisória.

A matéria tramita em regime de urgência. Transcorre hoje a segunda sessão de discussão, em primeiro turno.

Concedo a palavra ao Senador Tasso Jereissati para proferir parecer conjunto sobre o projeto e as emendas, em substituição à Comissão Mista e à Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional.

Com a palavra V. Exª.

PARECER Nº 1.188, DE 2015-PLEN

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Srªs Senadoras, Srs. Senadores, passo a proferir nosso parecer sobre as emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 555, de 2015, da Comissão Mista instituída, de 2015, do Congresso Nacional.

Relatório.

O projeto de lei dispõe sobre a responsabilidade das sociedades de economia mista e empresas públicas que especifica, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e sobre seu estatuto jurídico.

A proposição é resultado do trabalho da Comissão Mista instituída pelo ato conjunto dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, com o propósito de apresentar projeto de lei sobre a responsabilidade das estatais, com base em anteprojeto elaborado pelos Presidentes.

Tive a honra de presidir a Comissão Mista que teve seus trabalhos relatados brilhantemente pelo competente Deputado Arthur Oliveira Maia.

O projeto é estruturado em três títulos: O Título 1, das disposições aplicáveis às empresas públicas e às sociedades de economia mista, é subdividido em três capítulos. O capítulo 1 traz disposições preliminares. O capítulo 2 disciplina o regime societário da empresa pública e da sociedade de economia mista. E o capítulo 3 trata da função social da empresa pública e da sociedade de economia mista.

O Título 2, das disposições aplicáveis às empresas públicas e às sociedades de economia mista e as suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, divide-se em três capítulos. O primeiro deles regula as licitações. O segundo, os contratos. E o terceiro, a fiscalização pelo Estado e sociedade.

O Título 3 veicula as disposições finais e transitórias.

No plenário desta Casa o projeto recebeu 92 emendas. Boa parte dessas emendas traz contribuições importantes para o aperfeiçoamento das proposições, razão pela qual as aprovamos.

Outras dessas emendas puderam ser aprovadas com algumas modificações que promovemos na forma de substitutivo. Algumas, entretanto, não estavam em linha com o espírito da proposição e não houve outra saída que não a rejeição, apesar de nosso esforço para dar-lhes destinação diversa.

Como o projeto de lei é de amplo conhecimento das Sras e Srs. Senadores, trazemos à consideração do Plenário desta Casa apenas as principais modificações do PLS 555, de 2015, implementadas na forma dos substitutivos que apresentamos, em sua grande maioria, em função das contribuições dos nobres Parlamentares e de demandas do Governo, em especial de técnicos e dirigentes dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento. Também contamos com a valiosa assistência de técnicos do TCU.

Procuramos, ademais, nessa iniciativa responder às diversas sugestões de empresas, em especial do Banco do Brasil.

Vamos, então, às alterações mais relevantes do substitutivo em relação ao PLS 555.

No art. 1º estabelecemos que as empresas públicas e as sociedades de economia mista não estão mais obrigadas a solicitar informações gerenciais listadas no parágrafo único. Elas devem, entretanto, para bem cumprir obrigação de fiscalizar sociedades empresárias nas quais não detêm o controle, considerar os relatórios gerenciais elencados levando em conta o tamanho da participação detida pela empresa pública e pela sociedade de economia mista. Participações maiores exigirão mais atenção das empresas públicas e sociedades de economia mista no segmento dos negócios e de suas respectivas investidas.

2. Modificamos o art. 4º, §1º, do projeto, para permitir que sociedades de economia mista que detenham ações preferenciais na data da publicação da lei possam mantê-las, sem, contudo, poder fazer novas emissões dessa categoria de capital. O capital das novas sociedades de economia mista que vierem a ser criadas na vigência da nova lei, entretanto, deve ser composto exclusivamente de capital ordinário. Trata-se, no caso, da sociedade de economia mista existente de transigência à melhor prática internacional, de fortalecimento e respeito ao princípio da isonomia entre acionistas.

No art. 11, tomamos a aplicação da arbitragem como facultativa, para busca de solução de conflitos entre acionistas e empresa, bem como entre controlador e outros acionistas, o que constitui mais uma transigência em respeito ao ponto de vista do Governo em relação à adoção da melhor prática internacional de estabelecer como obrigatória a arbitragem.

4. Propomos a supressão do §3º, do art. 14 do PLS nº 555, que excepciona os controladores de empresas públicas e sociedades de economia mista da obrigação de reparar danos que causar a companhia por atos praticados com infração aos arts. 116 e 117 da Lei de Sociedade Anônima. Com isso, ficam os controladores de empresas públicas e sociedades de economia mista sujeitos à regra da Lei das Sociedades Anônimas, registrada no art. 246 dessa lei, que parece mais equilibrada nesse quesito que o dispositivo original do PLS nº 555, de 2015.

5. Alteramos também o inciso II, do art. 16, para modificar as exigências de acesso para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria, estabelecendo em três anos o tempo de experiência em cargo de direção ou chefia superior em empresa do mesmo porte ou de objeto social semelhante ao da respectiva empresa pública ou sociedade de economia mista.

Quero ressaltar que, para esse artigo, recebemos uma sugestão por parte do Ministério do Planejamento que estamos incorporando e acatando de que o art. 90 do PLS é modificado para dez anos de prazo para... Não, não é essa não. O art. 16 fica modificado para ampliar para quatro anos a experiência mínima em cargo de direção superior em uma mesma instituição, regra que vale tanto no setor público como no setor privado. Ademais, fica afastada a exigência de cumulatividade de experiência profissional em cargos de gestão e aquela no setor em que a empresa atua e que foi mantida em dez anos.

Foi acrescentado no mesmo art. 16 o inciso IV, com o propósito de trazer para o âmbito da legislação que rege as empresas estatais os critérios adotados pela Lei Complementar nº 64, de 1990, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 135, de 2010, Lei da Ficha Limpa, como instrumentos moralizadores da Administração Pública

O inciso I, do §2º, do art. 16 foi alterado com finalidade de estender a vedação de indicação para o Conselho de Administração e para a Diretoria os secretários estaduais e municipais, contribuindo, assim, para a profissionalização da gestão, a redução de risco de aparelhamento das empresas públicas e a prática de indi-

cação de dirigentes públicos para compor o Conselho de Administração com o objetivo de lhes garantir remuneração extra. Essa modificação, ademais, livra a vedação supramencionada de servidores de carreira que embora ocupantes de cargos em comissão têm vínculo permanente com as estruturas do Estado e em função disso mereceram tratamento diferenciado.

8. Modificação proposta do art. 19 do projeto passa a permitir a acumulação de cargos de membros do conselho de administração e de diretor em diferentes empresas de um mesmo grupo econômico, como assim de cargos de conselheiros em mais de um conselho de administração ou de um conselho fiscal, vedando-se, entretanto, a percepção de qualquer ganho extra nesses casos.

9. Propusemos também modificar o *caput* e parágrafos do art. 21. Trata-se de elevar de 20% para 25% a participação de membros independentes no conselho de administração das empresas públicas e sociedades de economia mista e para recepcionar como independentes os eleitos pelos...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB - AL) – Com a palavra V. Ex^a.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – 10. Alteramos também o art. 22 para estabelecer a exigência da elaboração de estratégia de longo prazo para as empresas públicas e sociedades de economia mista. Trata-se de promover a cultura do bom planejamento e do exercício prospectivo, que contribuirá para preparar a empresa para responder de maneira eficaz a riscos e aproveitar satisfatoriamente oportunidades que possam ser antecipadas.

11. Modifica-se também o inciso XVIII, do art. 28, para estabelecer que é o caso de dispensa de licitação à compra e venda de ações, de títulos de crédito e de dívidas de bens que as empresas produzam ou comercializem. Ficam, dessa forma, dispensadas de procedimentos licitatórios a comercialização e participação de outros ativos por parte especialmente de instituições financeiras.

12. Ainda no art. 28, propusemos alteração do inciso I para permitir que as empresas públicas e as sociedades de economia mista possam contratar com dispensa de licitação, com suas respectivas subsidiárias e controladas, aproveitando assim sinergia de negócios dentro dos grupos econômicos dos quais fazem parte. Evidentemente a dispensa principalmente pode acontecer se forem comprovadas condições negociais compatíveis com as práticas do mercado.

13. A redação do art. 41 do projeto foi modificada – o §3º do art. 41 –, esclarecendo que, em contratações integradas ou semi-integradas, os riscos decorrentes de fatos supervenientes associados à escolha da solução pela contratada fique no rol de riscos da contratada.

14. A redação dos arts. 80 e 81 também foi alterada, com a finalidade de mitigar o desequilíbrio de poder entre a empresa contratante estatal e a empresa contratada privada, seja eliminando o caráter de unilateralidade para a alteração contratual, seja por meio de vinculação de sanções administrativas ao previsto no instrumento convocatório ou no contrato.

15. No art. 85, aperfeiçoamos a redação do dispositivo original, mantendo o acesso em tempo real a dados e informações relevantes aos órgãos de controle para bem cumprir suas tarefas; estabelecemos que os respectivos Poderes Legislativos podem convocar dirigentes das empresas públicas e sociedades de economia mista. Busca-se aqui, ademais, construir relações equilibradas entre as empresas e seus órgãos de controle, além de procurar garantir mais transparência para suas operações.

16. O objetivo das alterações do art. 90 é aumentar o prazo de seis meses para um ano para a adoção das alterações do disposto no PLS nº 555, de 2015, além de permitir que sejam transformadas em empresas públicas as sociedades de economia mista de capital fechado, o que constitui alternativa à flutuação obrigatória de pelo menos 25% de seu capital no prazo de cinco anos.

17. O art. 90 do PLS é modificado. É uma sugestão que acabamos de receber do Governo Federal, através do Ministério do Planejamento, em que é modificado para dez anos o prazo para que as sociedades de economia mista listadas em bolsa façam a flutuação mínima de 25%, conforme preconiza a melhor prática internacional.

18. Propomos, ademais, alteração da Lei nº 6.404, de 1976, mediante a inclusão do art. 94 ao projeto, para permitir que suas regras de governança passem a valer para as empresas públicas de maneira subsidiária àquelas propostas pelo PLS nº 555, ainda que haja apenas um sócio em seu quadro societário.

19. Um segundo artigo que estamos incluindo no PLS nº 555, de número 95, tem por objetivo garantir às Centrais Elétricas Brasileiras a possibilidade de emitir ações preferenciais, para substituir obrigações assumidas anteriormente à vigência da lei que vier a ser aprovada. Trata-se de exceção solicitada também pelo Governo Federal, através do Ministério de Minas e Energia e do Ministério do Planejamento, para não impedir uma negociação, já em andamento, de um acordo de condições advindas de anos anteriores.

Fica também estabelecido, com alteração dos artigos 27 e 48, que a alienação de bens de empresas públicas e sociedades de economia mista não necessita de processo licitatório para comprar ou vender produtos e serviços diretamente vinculados aos respectivos objetos sociais.

Da mesma forma, as empresas estão dispensadas de fazer processos licitatórios nos casos em que a escolha de parceiro esteja associada às suas características particulares, vinculadas a oportunidades de negócios definidas, específicas, justificada a viabilidade de procedimento competitivo.

Nessa ação, senhoras e senhores, há aqui também uma modificação agora, que estamos acatando, pedida pelo Secretário do Planejamento, em que o art. 92 fica alterado para estabelecer que os limites de gasto com publicidade e patrocínio seja de 0,5% do faturamento bruto da empresa, podendo esse valor ser majorado com base nos gastos de empresas de igual porte atuando no mesmo mercado. Essa majoração deve ser autorizada pelo respectivo Conselho de Administração.

Estas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, são as bases das modificações que fizemos ao art. 555, acatando-o.

Diante do exposto, o nosso voto é pela aprovação do projeto de lei, com as Emendas n^{os} 8, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 31, 33, 46, 59, 79, 80 e 85; pela rejeição das Emendas n^{os} 01, 02, 04, 06, 07, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 21, 30, 32, 34, 35, 36, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 48, 49, 50, 53, 54, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 65, 66, 67, 72, 75, 76, 81, 82, 83, 84, 86, 87, 88, 90 e 91; e pelo acolhimento parcial das Emendas n^{os} 3, 5, 16, 17, 25, 37, 38, 47, 55, 52, 71, 73, 74, 77, 78, na forma do substitutivo que apresentamos à apreciação dos nobres colegas.

Eu queria, Sr. Presidente, ao finalizar a leitura deste meu relatório, dizer que este relatório é baseado em alguns projetos já anteriormente apresentados a esta Casa e em andamento, que, por uma razão ou outra, estavam parados: projeto do Senador José Sarney, que estava em andamento aqui, já há alguns anos, nesta Casa; projeto do Senador Aécio Neves, que teve boa parte dele ou grande parte dele incorporada a este substitutivo; o substitutivo do Senador Walter Pinheiro, da Bahia, que também teve boa parte dele incorporada neste projeto. Além disso, houve as sugestões, e, como eu disse, 92 emendas foram colocadas aqui.

(Soa a campanha.)

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Este projeto, Sr. Presidente – eu coloco mais uma vez –, faz parte de um grande esforço que foi feito durante todo esse ano por uma Comissão Mista estabelecida por V. Ex^a e pelo Presidente da Câmara Federal, no sentido de que nós pudéssemos dar uma resposta à população a esses inúmeros escândalos e descaminhos que aconteceram na sociedade brasileira e nas empresas estatais nos últimos anos. Afinal de contas, Senador Aloysio, boa parte das mazelas que nós estamos sofrendo este ano, principalmente as mazelas morais e a falta de credibilidade que não só a classe política, mas o Poder Executivo em especial está passando, decorre de desvios, de ineficiência e de corrupção nas empresas estatais.

Com esse projeto, nós estamos nos propondo...

O Sr. Otto Alencar (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Tasso, permite-me?

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – ... uma referência ao trabalho do nosso assessor Sylvio Coelho, que, juntamente com o Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento, Ministério do Governo, outros Senadores e a incorporação de todos esses projetos em andamento, ensinou que pudéssemos fazer o projeto final que achamos que atende ao interesse da sociedade.

É o seguinte o parecer na íntegra:



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

PARECER Nº 1.188, DE 2015

De PLENÁRIO, sobre as emendas apresentadas ao Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 555, de 2015, da Comissão Mista instituída pelo ATN nº 3, de 2015 – Responsabilidade das Estatais (CN), que *dispõe sobre a responsabilidade das sociedades de economia mista e empresas públicas que especifica, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e sobre seu estatuto jurídico.*



RELATOR: Senador **TASSO JEREISSATI**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 555, de 2015, dispõe sobre a responsabilidade das sociedades de economia mista e empresas públicas que especifica, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e sobre seu estatuto jurídico.

A proposição é resultado do trabalho da Comissão Mista instituída pelo Ato Conjunto dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados (ATN) nº 3, de 2015, com o propósito de apresentar projeto de lei sobre a responsabilidade das estatais, com base em anteprojeto elaborado pelos Presidentes. Tive a honra de presidir a Comissão Mista, que teve seus trabalhos relatados pelo Deputado Arthur Oliveira Maia.

O projeto é estruturado em três títulos. O Título I – das disposições aplicáveis às empresas públicas e às sociedades de economia mista, é subdividido em três capítulos. O Capítulo I traz disposições preliminares, o Capítulo II disciplina o regime societário da empresa pública e da sociedade de



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

economia mista, e o Capítulo III trata da função social da empresa pública e da sociedade de economia mista.

O Título II do projeto – das disposições aplicáveis às empresas públicas, às sociedades de economia mista e às suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, divide-se em três Capítulos: o primeiro deles regula as licitações, o segundo, os contratos, e o terceiro, a fiscalização pelo Estado e sociedade.

O Título III veicula as disposições finais e transitórias.

No Plenário desta Casa, o projeto recebeu 92 emendas. As emendas nºs 1 a 6 são de autoria do Senador Antônio Anastasia; as emendas nºs 7 e 8, da Senadora Lídice da Mata; as emendas nºs 9 a 11, do Senador Roberto Requião; as emendas nºs 12 a 29, 31 a 36 e 38 a 62, do Senador Donizeti Nogueira; as emendas nºs 30, 68 e 69, do Senador Delcídio do Amaral; a emenda nº 37, do Senador Roberto Rocha; as emendas nºs 63 a 67, do Senador João Capiberibe; as emendas nºs 70, 90 e 91, do Senador Paulo Paim; as emendas nºs 71 a 73, do Senador Lasier Martins; as emendas nºs 74 a 86, do Senador Aécio Neves; a emenda nº 87, do Senador Walter Pinheiro; a emenda nº 88, do Senador José Serra; e as emendas nºs 89 e 92, da Senadora Vanessa Grazziotin.

II – ANÁLISE

O PLS nº 555, de 2015, tem o propósito de estabelecer estatuto jurídico aplicável a todas as empresas públicas e sociedades de economia mista que explorem atividade econômica em sentido amplo. A Lei que resultar do projeto deve abranger, assim, todas as empresas públicas e as sociedades de economia mista da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluindo as que explorem atividade econômica em sentido estrito, as que prestam serviços públicos e as que explorem atividade econômica sujeita ao regime de monopólio da União.

Nos termos do projeto, todas as empresas públicas e sociedades de economia mista serão constituídas sob a forma de sociedade anônima,



SF/15311.08741-00



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

submetendo-se, assim, ao regime da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que dispõe sobre as sociedades por ações.

São instituídas regras de governança corporativa das empresas públicas e das sociedades de economia mista que garantem transparência, estruturas e práticas de controles internos, adequada composição da administração e obrigações dos acionistas controladores. Uma das regras de governança determina a obrigatoriedade de elaboração de carta anual com descrição dos limites de atuação da empresa estatal em atendimento ao interesse coletivo ou de segurança nacional que justificou sua criação.

O projeto firma regras de proteção à economia pública para as sociedades de economia mista de capital aberto. Foram previstas regras de governança corporativa para essas sociedades a partir do padrão do denominado Novo Mercado da BM&F Bovespa.

Uma das regras de governança corporativa das empresas públicas e das sociedades de economia mista diz respeito à escolha dos administradores: o conselho de administração será constituído pelo número mínimo de 7 e máximo de 11 membros; o conselho fiscal terá funcionamento permanente e o mandato dos administradores não será superior a 2 anos, permitida no máximo 2 reeleições consecutivas, entre outras medidas.

O Título II da proposição traz regras aplicáveis a empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou prestação de serviços, definindo a forma como se darão suas licitações, contratos e fiscalização pelo Estado e sociedade.

Dispensa-se, nos termos do art. 28, I e II, do projeto, a realização de licitação para as obras e serviços de engenharia de valor até R\$ 100.000,00 e para outros serviços e compras de valor até R\$ 50.000,00; a regra geral, em vigor para toda a administração pública direta e indireta, nos termos do art. 24, I e II da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei de Licitações), fixa os patamares de dispensa em R\$ 15.000,00 e R\$ 8.000,00, respectivamente.



SF/15311.08741-00



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

Outras 16 hipóteses de dispensa de licitação são estabelecidas; dessas, 13 reproduzem casos já previstos na Lei nº 8.666, de 1993 (que, no total, fixa 33 hipóteses de dispensa); como novidade, são dispensadas de licitação para as empresas públicas e sociedades de economia mista, a transferência de bens a órgãos e entidades da Administração Pública, inclusive mediante permuta, a doação de bens móveis para fins e usos de interesse social e a venda de ações, títulos de crédito e bens que produzam ou comercializem.

As regras concernentes à contratação direta, por inexigibilidade de licitação, são similares às previstas na Lei nº 8.666, de 1993. De forma semelhante ao disposto na Lei Geral de Licitações, o projeto enumera os princípios que deverão ser observados nas licitações: da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, da economicidade, do desenvolvimento nacional sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, da obtenção de competitividade e do julgamento objetivo. Define-se como propósito da licitação o de selecionar a proposta mais vantajosa e evitar operações que caracterizem sobrepreço e superfaturamento.

Diferentemente da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o projeto não define modalidades de licitação, apenas fixa os procedimentos que deverão ser adotados em cada etapa e define os critérios aceitáveis de julgamento das propostas, a serem fixados nos instrumentos convocatórios: menor preço, maior desconto, melhor combinação de técnica e preço, melhor técnica, melhor conteúdo artístico, maior oferta de preço, maior retorno econômico e melhor destinação de bens alienados.

Admite-se a possibilidade de que as empresas públicas e sociedades de economia mista restrinjam a participação em suas licitações a fornecedores pré-qualificados, mas se garante que o processo de pré-qualificação será público e permanentemente aberto à inscrição de qualquer interessado. Os procedimentos licitatórios, a pré-qualificação e os contratos deverão ser divulgados em portal específico mantido pela empresa pública e sociedade de economia mista na rede mundial de computadores. Além disso, os prazos mínimos para apresentação de propostas ou lances, contados a partir da divulgação do instrumento convocatório, serão de cinco a dez dias úteis para a



SF/15311.08741-00



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

aquisição de bens, e de quinze a trinta dias úteis para obras e serviços, de acordo com o critério adotado para julgamento das propostas.

O projeto admite a contratação integrada de obras e serviços, na qual a contratada elabora e desenvolve os projetos básico e executivo, além de promover a execução da obra e serviço de engenharia, a montagem, a realização de testes, a pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto, de forma similar à adotada no Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), criado pela Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011. Admite-se, também, a contratação semi-integrada, com essas mesmas características da contratação integrada, mas na qual a empresa contratada já inicia suas atividades a partir de um projeto básico.

O projeto permite o estabelecimento de remuneração variável na contratação de obras e de serviços, inclusive de engenharia, vinculada ao desempenho do contratado, com base em metas, padrões de qualidade, critérios de sustentabilidade ambiental e prazos de entrega definidos no instrumento convocatório e no contrato.

São firmadas regras para promoção do controle pelo Estado e sociedade, assegurando que os órgãos de controle externo e interno das três esferas de governo fiscalizarão as empresas estatais a elas relacionadas, inclusive aquelas domiciliadas no exterior, quanto à legitimidade, economicidade e eficácia da aplicação de seus recursos, sob o ponto de vista contábil, financeiro, operacional e patrimonial.

A proposição revoga os dispositivos legais que autorizam a edição de decretos para instituir procedimentos simplificados de licitação para a Petrobras e a Eletrobras. Com isso, a disciplina de licitações e contratos de todas as empresas públicas e sociedades de economia mista será regulada nos termos da proposição.

Com respeito às emendas apresentadas, acreditamos que boa parte delas traz contribuições para o aperfeiçoamento da proposição, razão pela qual pugnamos pela sua aprovação. Outras emendas merecem ser aprovadas com algumas modificações, que promovemos na forma do substitutivo. Não obstante, muitas das emendas não se mostram aptas a trazer modificações positivas para a



SF/15311.08741-00



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

proposição, razão pela qual nos manifestamos pela sua rejeição. A discriminação dessas emendas é feita em momento posterior deste parecer, por ocasião do nosso voto.

Ademais, julgamos importante e oportuno fazer aperfeiçoamentos a vários artigos da proposição a seguir explicitados.

Inicialmente, aperfeiçoa-se o art. 1º do projeto para deixar claro que a lei abrangerá todas as empresas que exploram atividade econômica, inclusive aquelas que o fazem na condição de prestadoras de serviço público ou exploradora de atividade sujeita a regime de monopólio da União vinculadas a qualquer ente da federação. Procura-se estabelecer que tipo de informação, pública ou passível de ser solicitada em função da participação detida pela empresa pública e pela sociedade de economia mista, deve ser usada para bem cumprir a obrigação de fiscalizar sociedades empresárias nas quais não detenham controle.

Num segundo aperfeiçoamento, foram alterados os §§ 1º e 2º do art. 2º da proposição, para deixar sua redação mais precisa, explicitando a obrigatoriedade de observância das disposições da lei que se pretende introduzir no ordenamento para a constituição de empresas públicas e sociedades de economia mista, assim como suas respectivas subsidiárias. As normas que constituem o marco jurídico da entidade principal devem se aplicar também à criação de suas subsidiárias, assim como às diversas formas de participação em empresas privadas, cujas atividades devem necessariamente constar do objeto social da investidora.

O art. 4º, § 1º, do projeto é modificado, objetivando permitir que sociedades de economia mista que detenham ações preferenciais na data da publicação da lei possam mantê-las, sem, contudo, poder fazer novas emissões dessa categoria de capital. O capital das novas sociedades de economia mista, que vierem a ser criadas na vigência da nova lei, entretanto, deve ser composto exclusivamente de capital ordinário. Trata-se, no caso das sociedades de economia mista existentes, de transigência à melhor prática internacional, de fortalecimento e respeito ao princípio da isonomia entre acionistas. Acrescenta-se, também, o § 2º ao art. 4º, com o objetivo tornar mais claro o comando de que



SF/15311.08741-00



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

o controlador apenas poderá orientar as atividades da empresa para servir o interesse público que justificou sua criação.

Altera-se, igualmente, a alínea *b* do § 2º do art. 7º para tornar claro que eventual custo e ressarcimento à empresa por conta da assunção de responsabilidades distintas às de qualquer outra empresa do setor privado deverá ser feito de maneira transparente em conta individualizada.

Modificamos o art. 11 do projeto com a finalidade de novamente transigir na adoção da melhor prática internacional de estabelecer como obrigatória a arbitragem para a busca de solução de conflitos entre acionistas e empresa, bem como entre controlador e outros acionistas. Fica a aplicação da arbitragem como facultativa. Propõe-se que as remunerações dos administradores sejam divulgadas de maneira agregada, em linha com o que propugna como melhor prática nacional instituições de mercado acionário. Por fim, esclarece que os respectivos Poderes Executivos devem estabelecer como as práticas das empresas se adequarão aos códigos de conduta e outras medidas de boa governança.

O § 3º do art. 14 do PLS nº 555, de 2015, excepciona os controladores de empresas públicas e sociedades de economia mista da obrigação de reparar danos que causar à companhia por atos praticados com infração aos arts. 116 e 117 da Lei das Sociedades Anônimas, podendo a ação de reparação caber a qualquer acionista. Propomos a supressão desse dispositivo. Com isso, ficam os controladores de empresas públicas e sociedades de economia mista sujeitos à regra da Lei das Sociedades Anônimas, registrada no art. 246 dessa lei, que parece mais equilibrada nesse quesito que o dispositivo original do PLS nº 555, de 2015.

Alteramos o inciso II do art. 16 para modificar as exigências de acesso para os membros do conselho de administração e da diretoria, estabelecendo em 3 anos o tempo de experiência em cargo de direção ou chefia superior em empresa de mesmo porte ou de objeto social semelhante ao da respectiva empresa pública ou sociedade de economia mista, ou cargo em comissão ou função de confiança equivalente a DAS-4 no setor público.



SF/15311.08741-00



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

Foi acrescentado, no mesmo art. 16, o inciso IV, com o propósito de trazer para o âmbito da legislação que rege as empresas estatais, os critérios adotados pela Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei das Inelegibilidades), com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 135, de 4 de junho de 2010 (Lei da Ficha Limpa), como instrumentos moralizadores da administração pública. Muito embora o *caput* do art. 16 já determine a necessidade de reputação ilibada, entendemos que o momento histórico recomenda a explicitação de determinadas condutas que, apesar de não exaustivas, reafirmam a preocupação do legislador em zelar pelo princípio da moralidade.

A alínea *a* do § 2º do art. 16 foi alterado com a finalidade de estender a vedação da indicação para o conselho de administração e para a diretoria aos secretários estaduais e municipais, contribuindo assim para a profissionalização da gestão, a redução de riscos de aparelhamento das empresas públicas e a prática de indicação de dirigentes públicos para compor conselhos de administração com o objetivo de lhes garantir remuneração extra. Essa modificação, ademais, livra da vedação supramencionada servidores de carreira que, embora ocupantes de cargos em comissão, têm vínculo permanente com as estruturas do Estado e, em função disso, mereceram tratamento diferenciado.

Modificamos o art. 19 do projeto com o objetivo de permitir a acumulação de cargos de membro de conselho de administração e de diretor em diferentes empresas de um mesmo grupo econômico, bem assim de cargos de conselheiros em mais de um conselho de administração ou de um conselho fiscal, vedando-se, entretanto, a percepção de qualquer ganho extra nesses casos.

Propomos também modificar o *caput* e parágrafos do art. 21. Trata-se de elevar de 20% para 25% a participação de membros independentes no conselho de administração das empresas públicas e sociedades de economia mista e para recepcionar como independentes os eleitos pelos acionistas minoritários, em linha com a melhor prática nacional. No entanto, a faculdade do voto múltiplo, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas, restará prejudicado nos casos em que sua adoção implique na impossibilidade de existência de pelo menos um membro independente no conselho de administração.



SF/15311.08741-00



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

A alteração que propomos à redação do art. 24 destina-se a corrigir a numeração do parágrafo e a nomenclatura da unidade de auditoria, que se denomina “comitê” e não “conselho”. O art. 25 do projeto é acrescido de um § 2º com objetivo de permitir que o controlador indique um servidor público com vínculo permanente com a Administração Pública para compor o conselho fiscal da empresa pública e da sociedade da economia mista.

Modifica-se, também, o inciso XVIII do art. 28 do PLS, para estabelecer que é caso de dispensa de licitação a compra e venda de ações, de títulos de crédito e de dívida e de bens que as empresas produzam ou comercializem. Ficam, dessa forma, dispensados de procedimentos licitatórios a comercialização de participações e outros ativos por parte, especialmente, de instituições financeiras.

Ajusta-se o texto do § 3º do art. 31 para esclarecer que os pregões eletrônicos deverão ser realizados exclusivamente por meio de portais de compras de acesso público na rede mundial de computadores.

O § 4º do art. 33 do projeto é alterado para esclarecer que, no contexto da norma, o adjetivo sigiloso refere-se a “procedimento”.

A redação do art. 41 do projeto foi modificada, corrigindo-lhes as referências a “projeto base”, substituído por “projeto básico”, e para alterar o § 3º do art. 41, evitando conflitos interpretativos presentes no texto que se pretende seja substituído, já que este veda a celebração de termos aditivos, mas abre exceção para três casos, inclusive na superveniência de fatos posteriores à contratação, alocados como de responsabilidade da contratada e não da contratante. Melhor esclarecer, como se propõe, que em contratações integradas ou semi-integradas os riscos decorrentes de fatos supervenientes associados à escolha da solução pela contratada fique no rol de riscos da contratada.

Em relação ao art. 56 do projeto, a norma estabelecida no seu § 2º refere-se a um tipo de reunião exigido para a abertura do procedimento sigiloso relativo ao orçamento, durante a fase da negociação, no procedimento licitatório. Portanto, a expressão “sessão pública” é a correta, em vez da expressão que, por um lapso de redação, constou do texto. A alteração da redação objetiva, assim, corrigir esse lapso.



SF/15311.08741-00



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

A substituição de termos que sugerimos no art. 66 pretende esclarecer que o dispositivo obriga especificamente as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

O art. 70 do projeto é alterado com o objetivo de permitir a flexibilização da regra da duração máxima de contratos para contemplar casos de projetos com implementação mais longa do que 5 anos ou quando contratações por prazo superior forem a regra de mercado.

Alteração do art. 78 também foi necessária para corrigir remissões constantes do texto original.

A redação dos arts. 80 e 81 do PLS nº 555, de 2015, foi alterada com a finalidade de mitigar o desequilíbrio de poder entre a empresa contratante estatal e a empresa contratada privada, seja eliminando o caráter de unilateralidade para a alteração contratual, seja por meio da vinculação de sanções administrativas ao previsto no instrumento convocatório ou no contrato. Ademais, propõe-se que cláusulas com sanções administrativas devem constar dos contratos para serem aplicadas em casos de atraso injustificado na execução pelo contratado, especialmente no que concerne a multas.

A alteração também visa a tornar mais clara a redação dos parágrafos, substituindo o termo genérico “Administração” pelas expressões “empresa pública ou sociedade de economia mista” para designação dos agentes responsáveis pelos atos especificados.

Os §§ 2º e 4º do art. 82 são modificados tendo em vista que o processo para aplicação das sanções previstas no *caput* do artigo, pela inexecução total ou parcial do contrato, garante a defesa prévia. Assim, a nova redação dada aos parágrafos citados tem por objetivo uniformizar os prazos para a apresentação da defesa prévia, que é um direito constitucional garantido.

No art. 85 aperfeiçoa-se a redação do dispositivo original, corrigindo a remissão e garantindo ao texto emendado a viabilidade operacional exigida. Nesse contexto, os órgãos de controle mantêm seu acesso em tempo real a dados e informações relevantes para bem cumprir suas tarefas; e fica estabelecido que os respectivos Poderes Legislativos podem convocar dirigentes



SF/15311.08741-00



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

das empresas públicas e sociedades de economia mista. Inclui-se no dispositivo a necessidade de regulamento para definir o que deve ser considerado sigilo estratégico, comercial ou industrial. Busca-se, aqui, ademais, construir relações equilibradas entre as empresas e seus órgãos de controle, além de procurar garantir mais transparência para suas operações.

O objetivo das alterações do art. 90 é aumentar o prazo de seis meses para um ano para a adoção das alterações do disposto no PLS nº 555, de 2015, além de permitir que sejam transformadas em empresas públicas as sociedades de economia mista de capital fechado, o que constitui alternativa à flutuação obrigatória de pelo menos 25% de seu capital no prazo de cinco anos. Essa modificação também esclarece que procedimentos licitatórios iniciados ou celebrados em até doze meses de vigência desta lei permanecem regidos pelas regras anteriores.

O *caput* e o parágrafo único do art. 92 são alterados com o propósito de, com a fixação de um limite, incentivar as empresas a usar de maneira eficiente sua publicidade e ações de patrocínio, alinhando-os com seu interesse mercadológico, evitando-se os desvios e abusos que se constataem nessa área. Suprimiu-se ademais a vinculação desses gastos com aqueles de pesquisa e desenvolvimento, tendo em vista a diversidade de proporções que esses investimentos adquirem em cada empresa. A alteração do parágrafo único pretende fazer com que se somem à publicidade as despesas com patrocínios para o cálculo da média de três anos anteriores ao da eleição no âmbito do ente controlador ou do último ano anterior a essa mesma eleição. É certamente medida que previne o mau uso de patrocínios de estatais, especialmente no período eleitoral.

Promove-se, também, a substituição, em diversos dispositivos do PLS nº 555, de 2015, da expressão “empresas estatais” por “empresas públicas e sociedades de economia mista” a fim de uniformizar a terminologia adotada pelo projeto.

Propomos ademais alteração da Lei nº 6.404, de 1976, mediante a inclusão artigo 94 ao projeto, para permitir que suas regras de governança passem a valer para as empresas públicas, de maneira subsidiária àquelas



SF/15311.08741-00



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

propostas pelo PLS nº 555, de 2015, ainda que haja apenas um sócio em seu quadro societário.

Um segundo artigo que estamos incluindo no PLS nº 555, de 2015, o de número 95, tem por objetivo garantir à Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás) a possibilidade de emitir ações preferenciais para substituir obrigações assumidas anteriormente à vigência da lei que vier a ser aprovada. Trata-se de exceção para permitir à empresa o saneamento de desequilíbrio grave em função de decisão judicial transitada em julgado e, também, considerando o péssimo estado da situação fiscal do governo federal.

Além desses aperfeiçoamentos e das emendas acolhidas em sua integralidade, aproveitou-se, na forma do substitutivo, um número substancial de emendas oferecidas por senadoras e senadores, que foram acolhidas parcialmente.

Assim, as Emendas nºs 37, 52, 55 e 74 – PLEN, propõem modificação dos arts. 8º, 17, 23 e 87. No art. 8º, aproveitou-se a referência às orientações sobre prevenção de conflito de interesses e de vedação de atos de corrupção e fraude e se introduziu a necessidade das empresas públicas e sociedades de economia mista implementar o programa de integridade baseado na Lei Anticorrupção, além de estabelecer que a área de *compliance* se reporte ao conselho de administração caso haja suspeitas acerca do comportamento do diretor-presidente.

No referido inciso II do art. 17, registra-se entre os riscos a que estão expostas as empresas públicas e as sociedades de economia mista aqueles relacionados à ocorrência de corrupção e fraude. No art. 23, esclareceu-se que os órgãos de controle podem ter acesso ao texto completo da ata de reunião do comitê de auditoria, mesmo se o conselho de administração decidir pela divulgação apenas do extrato do documento.

Aproveitando parcialmente a Emenda nº 74–PLEN, propomos modificação ao inc. XVIII do § 1º do art. 23 com a finalidade de incluir no rol de competências do comitê de auditoria a avaliação da razoabilidade dos parâmetros em que se fundamentam os cálculos e o resultado atuarial dos planos



SF/15311.08741-00



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

de benefícios mantidos por fundo de pensão caso essas empresas sejam patrocinadoras de entidade fechada de previdência complementar.

Completando as alterações que aproveitam em parte as Emendas nºs 37, 52 e 55 e 74 – PLEN, temos a proposta de nova redação do art. 87. A divulgação de informação, atualizada mensalmente, sobre execução de contratos e orçamento, passará a ser feita com retardo de dois e não mais de três meses. Ademais, incluíram-se os órgãos de controle interno no rol daqueles a que não se pode opor acesso às informações contratuais referentes a operações de perfil estratégico ou que tenham por objeto segredo industrial.

As Emendas nºs 47, 71, 77 e 78 – PLEN, que modificam o art. 12, visa a adaptar o texto do PLS nº 555, de 2015, para garantir-lhe a devida produção de efeitos gerais, visto que a futura lei alcançará todas as empresas públicas e sociedades de economia mista, muitas das quais não operam em mercados competitivos nem têm no aumento do faturamento ou participação no mercado sua função precípua. A alteração dos incisos VI, VII e VIII do art. 12 contempla, em boa medida, as Emendas relacionadas, com o objetivo de alinhar o texto do dispositivo com a Lei das Sociedades Anônimas, que estipula “prazo de gestão”, que se propõe substituir a referência a “mandato” no texto original do PLS nº 555, de 2015.

A Emenda nº 17 altera o art. 22 do PLS nº 555, de 2015. Trata-se de modificação que visa a promoção da cultura do bom planejamento e do exercício prospectivo, que contribuirá para preparar a empresa para responder de maneira eficaz a riscos e aproveitar satisfatoriamente oportunidades que possam ser antecipadas. Fica também acrescentado ao PLS nº 555/2015 um novo artigo, de número 96, estabelecendo que a estratégia de longo prazo deve ser aprovada em 180 dias a partir da publicação desta lei.

Propomos a alteração do inciso XI do art. 28, acatando em parte, a Emenda nº 5 – PLEN. Trata-se de permitir que as empresas públicas e as sociedades de economia mista possam contratar com dispensa de licitação com suas respectivas subsidiárias e controladas, aproveitando assim sinergias de negócios dentro dos grupos econômicos dos quais fazem parte. Evidentemente, a dispensa somente pode acontecer se forem comprovadas condições negociais compatíveis com as praticadas no mercado.



SF/15311.08741-00



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

Acolhendo parcialmente a Emenda nº 25 – PLEN, acrescentamos ao art. 31 do projeto o § 4º, para determinar que, nas licitações com etapa de lances, a empresa pública ou sociedade de economia mista disponibilizará ferramentas eletrônicas para envio de lances pelos licitantes. A iniciativa também propõe substituir a menção à “Administração” por “empresas públicas e sociedades de economia mista”.

Também contemplamos parcialmente a Emenda nº 73 – PLEN com acréscimo do inciso III ao parágrafo único do art. 37. Trata-se de estender a vedação à participação em licitações ou a contratações junto à respectiva empresa pública ou sociedade de economia mista a empresas cujos proprietários tenham terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com as mesmas a menos de 6 meses.

As Emendas nºs 3 e 38 alteram os arts. 27 e 48, e tem por finalidade estabelecer que a alienação de bens das empresas públicas e sociedades de economia mista não necessita: (i) de avaliação formal nos casos de dispensa de licitação, como em transferências a órgãos e entidades da administração pública, doação para fins de interesse social, na venda de ações, títulos de crédito e bens que comercializem; e (ii) de processo licitatório para comprar ou vender produtos e serviços diretamente vinculados aos respectivos objetos sociais. Da mesma forma, as empresas estão dispensadas de fazer processos licitatórios nos casos em que a escolha do parceiro esteja associada a suas características particulares, vinculadas a oportunidades de negócio definidas e específicas, justificada a viabilidade de procedimento competitivo.

III – VOTO

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 555, de 2015, e das emendas nºs 8, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 31, 33, 46, 59, 79, 80 e 85; pela rejeição das emendas nºs 1, 2, 4, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 21, 30, 32, 34, 35, 36, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 48, 49, 50, 51, 53, 54, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 72, 75, 76, 81, 82, 83, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 91 e 92; e pelo acolhimento parcial das emendas nºs 3, 5, 17, 25, 37, 38, 47, 52, 55, 71, 73, 74, 77 e 78, na forma do substitutivo que apresentamos:



SF/15311.08741-00



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

EMENDA Nº (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 555, DE 2015

Dispõe sobre a responsabilidade das sociedades de economia mista e empresas públicas que especifica, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e sobre seu estatuto jurídico.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS ÀS EMPRESAS PÚBLICAS E ÀS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública e da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, abrangendo toda e qualquer empresa pública e sociedade de economia mista, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que exploram atividade econômica, inclusive as que prestam serviços públicos e as que exploram atividade econômica sujeita ao regime de monopólio da União.

Parágrafo único. Nas participações em sociedades empresariais em que as sociedades de economia mista e empresas públicas não detenham o controle acionário, estas deverão adotar, no dever de fiscalizar, práticas de governança e controles proporcionais à relevância, à materialidade e aos riscos do negócio do qual são partícipes, considerando, para esse fim:



SF/15311.08741-00



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

I – documentos e informações estratégicos do negócio, e demais relatórios e informações produzidas por força de acordo de acionistas e de Lei considerados essenciais para a defesa de seus interesses na investida;

II – relatório de execução do orçamento e a realização dos investimentos programados pela sociedade, inclusive quanto ao alinhamento entre os custos orçados e os realizados com os de mercado;

III – informe de execução da política de transações com partes relacionadas;

IV – análise das condições de alavancagem financeira da sociedade;

V – avaliação de inversões financeiras e processos relevantes de alienação de bens móveis e imóveis da sociedade;

VI – relatório de risco das contratações para execução de obras, fornecimento de bens e prestação de serviços relevantes para os interesses da investidora;

VII – informe sobre execução de projetos relevantes para o interesse da investidora;

VIII – relatório de cumprimento de condicionantes socioambientais estabelecidas pelos órgãos ambientais nos negócios da sociedade;

IX – avaliação das necessidades de novos aportes na sociedade e possíveis riscos de redução da rentabilidade esperada do negócio.

Art. 2º A exploração da atividade econômica pelo Estado será exercida por meio de sociedade de economia mista, empresa pública, e suas subsidiárias.

§ 1º A constituição de empresa pública ou sociedade de economia mista dependerá de prévia autorização legal, que indique, em termos objetivos e



SF/15311.08741-00



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

precisos, o relevante interesse coletivo ou imperativo de segurança nacional, nos termos do art. 173, *caput*, da Constituição Federal.

§ 2º Depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiária das entidades mencionadas no *caput*, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada, cujas atividades devem necessariamente constar do objeto social da investidora, nos termos do art. 37, inciso XX, da Constituição Federal, observadas as disposições desta Lei.

Art. 3º Empresas públicas são entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e a integralidade do capital social detido pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios.

Art. 4º Sociedades de economia mista são as entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado, criadas por lei para a exploração de atividade econômica, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União, aos Estados, ao Distrito Federal ou aos Municípios ou a entidade da Administração Indireta.

§ 1º O capital social das sociedades de economia mista cuja criação tenha sido autorizada por lei publicada após a entrada em vigor desta lei será composto exclusivamente por ações ordinárias.

§ 2º Ficam vedadas emissões de ações preferenciais por sociedades de economia mista, permitida a manutenção daquelas emitidas anteriormente à vigência desta Lei.

§ 3º A pessoa jurídica que controla a sociedade de economia mista tem os deveres e responsabilidades do acionista controlador estabelecidos na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e poderá orientar as atividades da companhia apenas para servir o interesse público que justificou a sua criação.

§ 4º Além das normas previstas nesta Lei, as sociedades de economia mista com registro na Comissão de Valores Mobiliários se sujeitam às disposições da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976.



SF/15311.08741-00



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

CAPÍTULO II DO REGIME SOCIETÁRIO DA EMPRESA PÚBLICA E DA SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA

Seção I Das normas gerais

Art. 5º A empresa pública e a sociedade de economia mista serão constituídas sob a forma de sociedade anônima e, ressalvado o disposto nesta Lei, ficarão sujeitas ao regime previsto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Art. 6º As empresas públicas e as sociedades de economia mista deverão aprimorar sua governança corporativa, elevando o grau de proteção dos acionistas, de modo a observar requisitos de transparência, estruturas e práticas de gerenciamento de riscos e controles internos, e composição da administração.

Art. 7º As empresas públicas e sociedades de economia mista deverão observar, no mínimo, os seguintes requisitos de transparência:

I – elaboração de carta anual, subscrita pelos membros do conselho de administração, com descrição dos limites de atuação da empresa pública ou sociedade de economia mista, em atendimento ao interesse coletivo ou imperativo de segurança nacional que justificou sua criação, com delimitação clara de escopo, caráter prospectivo e indicadores objetivos;

II – adequação de seu estatuto social à autorização legislativa de sua criação;

III – divulgação tempestiva e atualizada de informações relevantes, em especial as relativas a atividades desenvolvidas, estrutura de controle, fatores de risco, dados econômico-financeiros, comentários dos administradores sobre o desempenho, políticas e práticas de governança corporativa, descrição da composição e da remuneração da administração;



SF/15311.08741-00



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

IV – elaboração e divulgação de política de divulgação de informações, em conformidade com a legislação, melhores práticas do mercado e regulamentação em vigor;

V – elaboração de política de distribuição de dividendos, à luz do interesse público que justificou a criação da empresa pública ou sociedade de economia mista;

VI – divulgação, em nota explicativa às demonstrações financeiras, dados operacionais e financeiros das atividades relacionadas à consecução dos fins de interesse coletivo ou de segurança nacional;

VII – elaboração e divulgação da política de transações com partes relacionadas, em conformidade com os requisitos de competitividade, conformidade, transparência, equidade e comutatividade, que deverá ser revista, no mínimo, anualmente e aprovada pelo conselho de administração;

VIII – ampla divulgação, ao público em geral, da carta anual de governança corporativa, que consolide em um único documento escrito, em linguagem clara e direta, as informações de que trata o inciso III;

IX – divulgação anual de relatório integrado ou de sustentabilidade, de acordo com o padrão Global Reporting Initiative (GRI).

§ 1º O interesse público da empresa pública e da sociedade de economia mista, respeitadas as razões que motivaram a autorização legislativa, manifesta-se por meio do alinhamento entre seus objetivos e aqueles de políticas públicas, na forma explicitada na carta anual a que se refere o inciso I do *caput*.

§ 2º Quaisquer obrigações e responsabilidades que a empresa pública que explore atividade econômica e a sociedade de economia mista assumam em condições distintas às de qualquer outra empresa do setor privado em que atua deverão:

I – estar claramente definidas em lei ou regulamento, bem como previstas em contrato, convênio ou ajuste celebrado com o ente público



SF/15311.08741-00



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

competente para estabelecê-las, observada a ampla publicidade desses instrumentos;

II – ter o seu custo, bem como o eventual ressarcimento total ou parcial contabilizado de forma transparente e em conta individualizada em relação às demais atividades sociais.

§ 3º Além das obrigações contidas neste dispositivo, as sociedades de economia mista com registro na Comissão de Valores Mobiliários se sujeitam ao regime informacional estabelecido por essa autarquia e devem divulgar as informações previstas neste artigo na forma fixada em suas normas.

§ 4º Os documentos mencionados nos incisos I a IX do *caput* deverão ser publicamente divulgados na rede mundial de computadores (internet) de forma permanente e cumulativa.

Art. 8º O estatuto da empresa pública e da sociedade de economia mista disporá sobre estruturas e práticas de gerenciamento de riscos e de controles internos, que abranjam:

I – ação dos administradores e empregados, por meio da implementação cotidiana de controles internos;

II – área de *compliance* e riscos;

III – auditoria interna e comitê de auditoria estatutário.

§ 1º Deve ser elaborado e divulgado Código de Conduta ou Integridade, que disponha sobre:

I – princípios, valores e missão da empresa pública e da sociedade de economia mista, bem como orientações sobre a prevenção de conflito de interesses e vedação de atos de corrupção e fraude;

II – instâncias internas responsáveis pela atualização e aplicação do código;



SF/15311.08741-00



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

III – canal de denúncias que possibilite o recebimento de denúncias internas e externas relativas ao descumprimento do Código e demais normas internas de ética e *compliance*;

IV – mecanismos de proteção que impeçam qualquer espécie de retaliação a pessoa que utilize o canal de denúncias;

V – sanções aplicáveis na hipótese de violação às regras do Código;

VI – previsão de treinamento periódico, no mínimo anual, a empregados e administradores sobre Código de Conduta ou Integridade e, aos administradores, sobre a política de Administração de Riscos.

§ 2º A área de *compliance* e riscos deverá ser vinculada ao diretor presidente e liderada por diretor estatutário, devendo o estatuto social prever as atribuições da área, inclusive de implementar e aplicar o programa de integridade nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, bem como estabelecer mecanismos que assegurem atuação independente.

§ 3º A auditoria interna deve:

I – ser vinculada ao conselho de administração, diretamente ou por meio do Comitê de Auditoria Estatutário;

II – ser responsável por aferir a adequação dos controles internos, a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança e a confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações visando ao preparo de demonstrações financeiras.

§ 4º O estatuto social deverá prever, ainda, a possibilidade de que a área de *compliance* se reporte diretamente ao Conselho de Administração em situações em que se suspeite do envolvimento do diretor presidente em irregularidades ou quando este se furtar à obrigação de adoção de medidas necessárias em relação à situação a ele relatada.



SF/15311.08741-00



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

Art. 9º As sociedades de economia mista e as empresas públicas deverão:

I – criar comitê estatutário de indicação e avaliação, sob liderança de membro independente do conselho de administração, com competência para auxiliar o acionista controlador na indicação de membros para o conselho de administração e conselho fiscal;

II – elaborar política de indicação, aprovada pelo conselho de administração, contendo critérios mínimos a serem contemplados na seleção dos membros do conselho de administração, referentes às qualidades desejáveis para o órgão como um todo e para os membros da administração e do conselho fiscal individualmente.

Parágrafo único. Devem ser divulgadas as atas das reuniões do comitê estatutário de indicação e avaliação que tratem da verificação da aderência dos indicados aos requisitos definidos na política de indicação, devendo ser registradas as eventuais manifestações divergentes de conselheiros.

Art. 10. A empresa pública não poderá:

I – lançar debêntures, ou outros títulos ou valores mobiliários, conversíveis em ações;

II – emitir partes beneficiárias.

Art. 11. As empresas públicas e as sociedades de economia mista deverão:

I – divulgar toda e qualquer forma de remuneração dos administradores; e

II – adequar constantemente suas práticas aos códigos de conduta e outras medidas de boa prática de governança corporativa, na forma estabelecida na regulamentação desta Lei.



SF/15311.08741-00



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

Parágrafo único. As sociedades de economia mista poderão solucionar, mediante arbitragem, as divergências entre acionistas e a sociedade, ou entre acionistas controladores e os acionistas minoritários, nos termos previstos nos respectivos estatutos sociais.

Art. 12. A lei que autorizar a criação da empresa pública ou da sociedade de economia mista deverá dispor sobre as diretrizes e restrições a serem consideradas quando da elaboração do estatuto da companhia, em especial sobre:

I – a constituição e o funcionamento do conselho de administração, observado o número mínimo de 7 (sete) e máximo de 11 (onze) membros;

II – os requisitos específicos para o exercício do cargo de diretor, observado o número mínimo de 3 (três) diretores;

III – a avaliação de periodicidade anual, individual e coletiva, do desempenho dos administradores, e dos membros de comitês, observados os seguintes quesitos mínimos:

a) exposição dos atos de gestão praticados, quanto à licitude e eficácia da ação administrativa;

b) a contribuição para o resultado do exercício;

c) consecução do plano de negócios e da estratégia de longo prazo da respectiva empresa pública ou da sociedade de economia mista;

IV – a constituição e o funcionamento do conselho fiscal, que exercerá suas atribuições de modo permanente;

V – a constituição e o funcionamento do comitê de auditoria;

VI – o prazo de gestão dos membros do conselho de administração e dos indicados para o cargo de diretor, que será unificado e terá duração não



SF/15311.08741-00



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

superior a 2 (dois) anos, sendo permitidas, no máximo, 2 (duas) reeleições consecutivas;

VII – vedação à acumulação de cargos de diretor ou de diretor-presidente e membro do conselho de administração pela mesma pessoa;

VIII – prazo de gestão dos membros do conselho fiscal, com duração não superior a 2 (dois) anos, vedada recondução consecutiva.

Seção II

Do acionista controlador

Art. 13. Os acionistas controladores da sociedade de economia mista e das empresas públicas deverão:

I – fazer constar de seus respectivos códigos de conduta, aplicáveis à alta administração, a vedação da divulgação, sem autorização do órgão competente da empresa pública ou sociedade de economia mista, de informações que possam causar impacto na cotação de seus títulos, em suas relações com o mercado ou com consumidores e fornecedores;

II – preservar a independência do conselho de administração na eleição da diretoria;

III – observar a política de indicação na escolha dos administradores e membros do conselho fiscal.

Art. 14. O controlador da empresa pública e da sociedade de economia mista responderá pelos atos praticados com abuso de poder de controle, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

§ 1º A ação para haver a reparação poderá ser proposta pela sociedade, nos termos do art. 246 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pelo terceiro prejudicado ou pelos demais sócios, independentemente de autorização da assembleia-geral de acionistas.



SF/15311.08741-00



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

§ 2º Prescreve em 6 (seis) anos, contados da data da prática do ato abusivo, a ação a que se refere o § 1º.

Seção III Dos administradores

Art. 15. Sem prejuízo do disposto nesta Lei, os administradores de empresas públicas e sociedades de economia mista ficam submetidos às normas previstas na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

§ 1º Consideram-se administradores da empresa pública e da sociedade de economia mista os membros do conselho de administração e da diretoria.

§ 2º Ainda que estranha aos quadros da empresa pública ou da sociedade de economia mista, a pessoa física ou jurídica que exercer influência nas atividades de gestão, administração ou direção da sociedade, incorrerá nas mesmas responsabilidades e sanções aplicáveis aos seus administradores.

Art. 16. Os membros do conselho de administração e os indicados para os cargos de diretor, inclusive presidente, diretor-geral ou diretor-presidente serão escolhidos entre cidadãos de reputação ilibada e notório conhecimento, devendo ser atendidos os seguintes requisitos mínimos para sua nomeação:

I – ter, no mínimo, 10 (dez) anos de experiência profissional no setor de atuação da empresa ou em área conexas àquela para a qual for indicado em função de direção superior, exercidos no setor público ou privado;

II – ter experiência mínima de três anos em uma mesma instituição, em pelo menos uma das seguintes funções:

a) cargo de direção ou chefia superior em empresa de porte ou objeto social semelhante ao da empresa pública ou sociedade de economia mista, entendendo-se como cargo de chefia superior aquele situado nos dois níveis hierárquicos não estatutários mais altos da empresa;



SF/15311.08741-00



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

b) cargo em comissão ou função de confiança equivalente a DAS-4 ou superior no setor público;

III – ter formação acadêmica compatível com o cargo para o qual for indicado;

IV – não se enquadrar nas hipóteses de inelegibilidade previstas no art. 1º, *caput*, inciso I, da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 135, de 4 de junho de 2010.

§ 1º O estatuto da empresa pública ou da sociedade de economia mista poderá dispor sobre a contratação de seguro de responsabilidade civil pelos administradores.

§ 2º É vedada a indicação, para o conselho de administração e para a diretoria de:

I – representantes do órgão regulador ao qual a empresa pública ou sociedade de economia mista está sujeita, de Ministro de Estado, de Secretário de Estado, de Secretário Municipal e de titular de cargo de natureza especial ou de direção e assessoramento superior na administração pública sem vínculo permanente com o serviço público, de dirigentes estatutários de partidos políticos e de titulares de mandatos no Poder Legislativo de qualquer ente da federação, ainda que licenciados do cargo;

II – pessoa que tenha exercido cargo em organização político-partidária ou tenha atuado, mesmo como prestador de serviços, em trabalhos vinculados à organização, estruturação e realização de campanhas eleitorais em período inferior a 36 (trinta e seis) meses antes da data da nomeação;

III – pessoa que tenha exercido cargo em organização sindical em período inferior a 36 (trinta e seis) meses antes da data da nomeação;

IV – pessoa que tenha firmado contratos ou parcerias, como fornecedor ou comprador, demandante ou ofertante, de bens ou serviços de



SF/15311.08741-00



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

qualquer natureza, com a pessoa político-administrativa controladora da empresa estatal ou com a própria empresa estatal em período inferior a 3 (três) anos antes da data da nomeação; e

V – pessoa que tenha ou possa ter qualquer forma de conflito de interesse com a empresa estatal ou com a pessoa político-administrativa controladora desta.

§ 3º A vedação prevista no inciso I do § 2º se estende também aos parentes consanguíneos ou afins até o terceiro grau das pessoas nele mencionadas.

§ 4º Os administradores eleitos devem participar, na posse e anualmente, de treinamentos específicos sobre legislação societária e de mercado de capitais, divulgação de informações, controles internos, código de conduta, Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção), e demais temas relacionados às atividades da empresa pública ou sociedade de economia mista.

§ 5º Os requisitos previstos nos incisos I e II do *caput* poderão ser dispensados no caso de indicação de empregado da empresa pública ou sociedade de economia mista para cargo de administrador ou membro de comitê, desde que atendidos os seguintes requisitos mínimos:

I – o empregado tenha ingressado na empresa pública ou sociedade de economia mista por meio de concurso público de provas ou de provas e títulos;

II – o empregado tenha mais de 10 (dez) anos de trabalho efetivo junto à empresa pública ou sociedade de economia mista;

III – o empregado tenha ocupado cargos na gestão superior da empresa pública ou sociedade de economia mista, comprovando sua capacidade para assumir as responsabilidades dos cargos de que trata o *caput*.



SF/15311.08741-00



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

Seção IV

Do conselho de administração

Art. 17. Sem prejuízo das competências previstas no art. 142 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e demais atribuições previstas nesta Lei, compete ao conselho de administração:

I – discutir, aprovar e monitorar decisões envolvendo práticas de governança corporativa, relacionamento com partes interessadas, política de gestão de pessoas e código de conduta dos agentes;

II – implementar e supervisionar os sistemas de gerenciamento de riscos e de controles internos estabelecidos para a prevenção e mitigação dos principais riscos a que está exposta a empresa pública ou a sociedade de economia mista, inclusive os riscos relacionados à integridade das informações contábeis e financeiras e os relacionados à ocorrência de corrupção e fraude;

III – estabelecer uma política de porta-vozes visando eliminar o risco de contradições entre informações de diversas áreas e dos executivos da empresa pública ou sociedade de economia mista;

IV – avaliar os diretores da empresa pública ou sociedade de economia mista, nos termos do art. 12, inciso III, podendo contar com o apoio metodológico e procedimental do comitê de indicação para processo de avaliação.

Art. 18. É garantida a participação, no conselho de administração, de representante dos trabalhadores e dos acionistas minoritários.

§ 1º Aplicam-se à participação de empregados nos conselhos de administração das empresas públicas e sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas e demais empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto, as normas previstas na Lei nº 12.353, de 28 de dezembro de 2010.



SF/15311.08741-00



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

§ 2º É assegurado à minoria o direito de eleger um dos conselheiros, se maior número não lhes couber pelo processo de voto múltiplo previsto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Art. 19. É vedado ao membro do conselho de administração:

I – o acúmulo de suas funções com o exercício do cargo de diretor em quaisquer outras empresas públicas e sociedades de economia mista;

II – a participação em mais de dois conselhos de administração ou conselho fiscal, de empresas públicas, sociedades de economia mista e subsidiárias.

Parágrafo único. É permitida a acumulação de que trata os incisos I e II em sociedades de um mesmo grupo econômico, sendo vedada a percepção de remuneração por mais de um cargo ou função.

Art. 20. O conselho de administração responde solidariamente, na medida de suas obrigações e competências, pela efetiva implementação de suas deliberações.

Parágrafo único. Excetuada a atuação do diretor em desconformidade com os deveres e responsabilidades estabelecidos nos arts. 153 a 159 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, as deliberações do conselho de administração que resultarem em decisões condicionadas ao exercício de atividades ou desempenho de tarefas por parte dos diretores não excluem a responsabilidade dos membros do conselho de administração pela consecução dos objetivos traçados.

Seção V

Do membro independente do conselho de administração

Art. 21. O conselho de administração deve ser composto, no mínimo, por 25% (vinte e cinco por cento) de membros independentes ou pelos menos um, caso haja decisão pelo exercício da faculdade do voto múltiplo pelos



SF/15311.08741-00



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

acionistas minoritários, nos termos do art. 141 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

§ 1º O conselheiro independente caracteriza-se por:

I – não ter qualquer vínculo com a empresa pública ou sociedade de economia mista, exceto participação de capital;

II – não ser cônjuge ou parente consanguíneo ou afim, até o terceiro grau ou por adoção, do Chefe do Poder Executivo, Ministros ou Secretários de Estado ou Município, ou dos administradores da empresa pública ou sociedade de economia mista;

III – não ter mantido, nos últimos 3 (três) anos, vínculo de qualquer natureza com a empresa pública ou sociedade de economia mista ou o controlador dessas empresas que possa vir a comprometer sua independência;

IV – não ser ou não ter sido, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da empresa pública ou sociedade de economia mista, de sociedade controlada, coligada ou subsidiária da empresa pública ou sociedade de economia mista, exceto se o vínculo for exclusivamente com instituições públicas de ensino ou pesquisa;

V – não ser fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços ou produtos da empresa pública ou sociedade de economia mista, em magnitude que implique perda de independência;

VI – não ser funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços ou produtos à empresa pública ou sociedade de economia mista, em magnitude que implique perda de independência;

VII – não receber outra remuneração da empresa pública ou sociedade de economia mista além daquela relativa ao cargo de conselheiro, exceto proventos em dinheiro oriundos de participação no capital;



SF/15311.08741-00



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

§ 2º Quando, em decorrência da observância do percentual mencionado no *caput* resultar número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro:

I – imediatamente superior, quando a fração for igual ou superior a 0,5 (cinco décimos); ou

II – imediatamente inferior, quando a fração for inferior a 0,5 (cinco décimos).

§ 3º Não são consideradas, para o cômputo das vagas destinadas a membros independentes, aquelas ocupadas pelos conselheiros eleitos por trabalhadores, nos termos do § 1º do art. 18.

§ 4º São consideradas, para o cômputo das vagas destinadas a membros independentes, aquelas ocupadas pelos conselheiros eleitos pelos minoritários, nos termos do § 2º do art. 18.

§ 5º O exercício da faculdade de que trata o art. 141 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ficará prejudicado caso impossibilite a indicação de pelo menos um membro independente para o conselho.

Seção VI Da diretoria

Art. 22. É condição para investidura nos cargos de diretoria das sociedades de economia mista e empresas públicas, a assunção de compromisso com metas e resultados específicos a serem alcançados, que deverá ser aprovado pelo conselho de administração, a quem incumbe fiscalizar seu cumprimento.

§ 1º Sem prejuízo do disposto no *caput*, a diretoria deverá apresentar, até a última reunião ordinária do conselho de administração do ano anterior, a quem compete sua aprovação:

I – plano de negócios para o exercício anual seguinte;



SF/15311.08741-00



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

II – estratégia de longo prazo atualizada com análise de riscos e oportunidades para no mínimo os próximos 5 (cinco) anos.

§ 2º Compete ao conselho de administração, sob pena de seus integrantes responderem por omissão, promover anualmente o exame do atendimento das metas e resultados na execução do plano de negócios e da estratégia de longo prazo, fazendo publicar suas conclusões, e delas informando o Congresso Nacional, Assembleias Legislativas, Câmara Legislativa do Distrito Federal ou Câmaras Municipais e seus respectivos tribunais de contas, quando houver.

§ 3º Exclui-se da obrigação de publicação a que se refere o § 2º as informações de natureza estratégica, cuja divulgação possa ser comprovadamente prejudicial ao interesse da empresa.

Seção VII

Do comitê de auditoria estatutário

Art. 23. As empresas públicas e as sociedades de economia mista deverão possuir em sua estrutura societária comitê de auditoria como órgão auxiliar do conselho de administração, a quem se reporta diretamente.

§ 1º Competirá ao comitê de auditoria, sem prejuízo de outras competências previstas no estatuto:

I – opinar sobre a contratação e destituição de auditor independente;

II – supervisionar as atividades dos auditores independentes, avaliando sua independência, qualidade dos serviços prestados e a adequação de tais serviços às necessidades da empresa pública ou sociedade de economia mista;

III – supervisionar as atividades desenvolvidas nas áreas de controles internos, de auditoria interna e de elaboração das demonstrações financeiras da empresa pública ou sociedade de economia mista;



SF/15311.08741-00



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

IV – monitorar a qualidade e a integridade dos mecanismos de controles internos, das demonstrações financeiras e das informações e medições divulgadas pela empresa pública ou pela sociedade de economia mista;

V – avaliar e monitorar exposições de risco da empresa pública ou sociedade de economia mista, podendo requerer, entre outras, informações detalhadas sobre políticas e procedimentos referentes a:

a) remuneração da administração;

b) utilização de ativos da empresa pública ou sociedade de economia mista;

c) gastos incorridos em nome da empresa pública ou sociedade de economia mista;

VI – avaliar e monitorar, em conjunto com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das transações com partes relacionadas;

VII – elaborar relatório anual com informações sobre as atividades, resultados, conclusões e recomendações do comitê, registrando, se houver, as divergências significativas entre administração, auditoria independente e comitê de auditoria estatutário em relação às demonstrações financeiras.

VIII – avaliar a razoabilidade dos parâmetros em que se fundamentam os cálculos atuariais bem como o resultado atuarial dos planos de benefícios mantidos pelo fundo de pensão, quando a sociedade for patrocinadora de entidade fechada de previdência complementar.

§ 2º O comitê de auditoria deverá possuir meios para receber denúncias, inclusive sigilosas, internas e externas à companhia, em matérias relacionadas ao escopo de suas atividades.

§3º O comitê de auditoria deverá se reunir quando necessário, no mínimo bimestralmente, de modo que as informações contábeis sejam sempre apreciadas antes da sua divulgação.



SF/15311.08741-00



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

§ 4º As empresas públicas e sociedades de economia mista devem divulgar as atas das reuniões do comitê de auditoria estatutário.

§ 5º Caso o conselho de administração considere que a divulgação da ata possa pôr em risco interesse legítimo da companhia, a empresa pública ou sociedade de economia mista divulgará apenas o extrato da ata.

§ 6º A restrição prevista no §5º não será oponível aos órgãos de controle, que terão total e irrestrito acesso ao conteúdo das atas do comitê de auditoria estatutário, observada a transferência de sigilo.

§ 7º O comitê de auditoria deverá possuir autonomia operacional e dotação orçamentária, anual ou por projeto, dentro de limites aprovados pelo conselho de administração, para conduzir ou determinar a realização de consultas, avaliações e investigações dentro do escopo de suas atividades, inclusive com a contratação e utilização de especialistas externos independentes.

Art. 24. O comitê de auditoria será integrado por, no mínimo 5 (cinco) e no máximo 7 (sete) membros, em sua maioria independentes, devendo ser liderado por membro independente do conselho de administração da sociedade.

§ 1º São condições mínimas para integrar o comitê de auditoria:

I – não ser ou ter sido, nos 12 (doze) meses anteriores à nomeação para o comitê:

a) diretor, empregado ou membro do conselho fiscal da sociedade ou sua controladora, controlada, coligada ou sociedade em controle comum, diretas ou indiretas;

b) responsável técnico, diretor, gerente, supervisor ou qualquer outro integrante com função de gerência, de equipe envolvida nos trabalhos de auditoria na sociedade.



SF/15311.08741-00



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

II – não ser cônjuge ou parente consanguíneo ou afim, até o segundo grau ou por adoção, das pessoas referidas no inciso I;

III – não receber qualquer outro tipo de remuneração da sociedade ou de sua controladora, controlada, coligada ou sociedade em controle comum, diretas ou indiretas, que não seja aquela relativa à sua função de integrante do comitê de auditoria;

IV – não ser ou ter sido ocupante de cargo público efetivo, ainda que licenciado, ou em comissão da pessoa jurídica de direito público que exerça o controle acionário da sociedade, nos 12 (doze) meses anteriores à nomeação para o comitê.

§ 2º Ao menos 1 (um) dos membros do comitê de auditoria deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária.

§ 3º O atendimento às previsões deste artigo deve ser comprovado por meio de documentação mantida na sede da companhia pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, contados a partir do último dia de mandato do membro do comitê de auditoria estatutário.

Seção VIII Do conselho fiscal

Art. 25. Além das normas previstas nesta Lei, aplicam-se aos membros do conselho fiscal da empresa pública e da sociedade de economia mista as disposições relativas a seus poderes, deveres e responsabilidades, requisitos e impedimentos para investidura, remuneração e demais previsões estabelecidas na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

§ 1º Podem ser membros do conselho fiscal pessoas naturais, residentes no País, com formação acadêmica compatível com o exercício da função, e que tenham exercido por prazo mínimo de 3 (três) anos cargo de administrador de empresa ou de conselheiro fiscal.



SF/15311.08741-00



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

§ 2º O conselho fiscal contará com um membro indicado pelo ente controlador, que deverá ser servidor público com vínculo permanente com a administração pública.

CAPÍTULO III

DA FUNÇÃO SOCIAL DA EMPRESA PÚBLICA E DA SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA

Art. 26. A empresa pública e a sociedade de economia mista terão por função social a realização do interesse coletivo ou o imperativo de segurança nacional expressos no instrumento de autorização legal para a sua criação.

§ 1º A realização do interesse coletivo de que trata este artigo deverá ser orientada para o alcance do bem estar econômico e para a alocação socialmente eficiente dos recursos geridos pelas empresas públicas e as sociedades de economia mista.

§ 2º A empresa pública e a sociedade de economia mista deverão, nos termos da lei, adotar as práticas de sustentabilidade ambiental e responsabilidade social corporativa compatíveis com o mercado em que atua.

§ 3º A empresa pública e a sociedade de economia mista poderão celebrar convênio ou contrato de patrocínio com pessoas físicas ou jurídicas para promoção de atividades culturais, sociais, esportivas, educacionais e de inovação tecnológica, desde que comprovadamente vinculadas ao fortalecimento de sua marca, observando-se, no que couber, as normas de licitação e contratos desta Lei.

TÍTULO II

DAS DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS ÀS EMPRESAS PÚBLICAS, ÀS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA E ÀS SUAS SUBSIDIÁRIAS QUE explorem ATIVIDADE ECONÔMICA DE PRODUÇÃO OU COMERCIALIZAÇÃO DE BENS OU DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS



SF/15311.08741-00



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

CAPÍTULO I DAS LICITAÇÕES

Seção I

Da exigência de licitação e dos casos de dispensa e inexigibilidade

Art. 27. Os contratos com terceiros destinados à prestação de serviços às empresas públicas e às sociedades de economia mista, inclusive de engenharia ou de publicidade, à aquisição e à locação de bens, à alienação de bens e ativos integrantes do respectivo patrimônio ou à execução de obras a serem integradas a esse patrimônio, bem como à implementação de ônus real sobre tais bens, serão precedidos de licitação, ressalvadas as hipóteses previstas nos arts. 28 e 29.

§ 1º Aplicam às licitações das empresas públicas das sociedades de economia mista as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

§ 2º O convênio ou contrato de patrocínio celebrados com pessoas físicas ou jurídicas de que tratam o § 3º do art. 26 observarão, no que couber, as normas de licitação e contratos desta Lei.

§ 3º Ficam as empresas públicas e sociedades de economia mista dispensadas da observância dos dispositivos deste Capítulo nas seguintes situações:

I – comercialização de produtos, prestação de serviços ou execução de obras realizados diretamente pelas empresas mencionadas no *caput*, especificamente relacionados com seus respectivos objetos sociais;

II – nos casos em que a escolha do parceiro esteja associada a suas características particulares, vinculadas a oportunidades de negócio definida e específica, justificada a inviabilidade de procedimento competitivo.

§ 4º Consideram-se oportunidades de negócios a que se refere o inciso II do § 3º a formação e extinção de parcerias e outras formas associativas,



SF/15311.08741-00



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

societárias ou contratuais, a aquisição e alienação de participação em sociedades e outras formas associativas, societárias ou contratuais, bem como as operações realizadas no âmbito do mercado de capitais, respeitada a regulação pelo respectivo órgão competente.

Art. 28. É dispensável a realização de licitação por empresas públicas e sociedades de economia mista:

I – para obras e serviços de engenharia de valor até R\$ 100.000,00 (cem mil reais), desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente;

II – para outros serviços e compras de valor até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

III – quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a empresa pública e sociedade de economia mista, desde que mantidas as condições preestabelecidas;

IV – quando as propostas apresentadas consignarem preços manifestamente superiores aos praticados no mercado nacional, ou forem incompatíveis com os fixados pelos órgãos oficiais competentes.

V – para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da empresa pública e sociedade de economia mista, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia;

VI – na contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento, em consequência de rescisão contratual, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições do contrato encerrado por rescisão ou distrato, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido.



SF/15311.08741-00



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

VII – na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos;

VIII – para a aquisição de componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira, necessários à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto ao fornecedor original desses equipamentos, quando tal condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia;

IX – na contratação de associação de portadores de deficiência física, sem fins lucrativos e de comprovada idoneidade para a prestação de serviços ou fornecimento de mão-de-obra, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado;

X – na contratação de fornecimento ou suprimento de energia elétrica ou de gás natural com concessionário, permissionário ou autorizado, e de outras prestadoras de serviço público, segundo as normas da legislação específica, desde que o objeto do contrato tenha pertinência com o serviço público.

XI – nas contratações entre empresas públicas ou sociedades de economia mista e suas respectivas subsidiárias e controladas, para a aquisição ou alienação de bens, prestação ou obtenção de serviços, desde que os preços sejam compatíveis com os praticados no mercado e que o objeto do contrato tenha relação com a atividade da contratada prevista em seu estatuto social;

XII – na contratação da coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, efetuados por associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda que tenham como ocupação econômica a coleta de materiais recicláveis, com o uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública;

XIII – para o fornecimento de bens e serviços, produzidos ou prestados no País, que envolvam, cumulativamente, alta complexidade



SF/15311.08741-00



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

tecnológica e defesa nacional, mediante parecer de comissão especialmente designada pelo dirigente máximo da empresa pública e sociedade de economia mista;

XIV – nas contratações visando ao cumprimento do disposto nos arts. 3º, 4º, 5º e 20 da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, observados os princípios gerais de contratação dela constantes;

XV – em situações de emergência, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência, vedada a prorrogação dos respectivos contratos, observado o disposto no § 2º;

XVI – na transferência de bens a órgãos e entidades da Administração Pública, inclusive quando efetivada mediante permuta;

XVII – na doação de bens móveis para fins e usos de interesse social, após avaliação de sua oportunidade e conveniência socioeconômica, relativamente à escolha de outra forma de alienação;

XVIII – na compra e venda de ações, de títulos de crédito e de dívida e de bens que produzam ou comercializem.

§ 1º Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do inciso VI do *caput*, a empresa pública e a sociedade de economia mista poderão convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas por estes, desde que o respectivo valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados nos termos do instrumento convocatório.

§ 2º A contratação direta com base no inciso XV do *caput* não dispensará a responsabilização de quem, por ação ou omissão, tenha dado causa



SF/15311.08741-00



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

ao motivo ali descrito, inclusive no tocante ao disposto na Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 (Lei de Improbidade Administrativa).

§ 3º Os valores estabelecidos nos incisos I e II do *caput* podem ser alterados, para refletir a variação de custos, por deliberação do Conselho de Administração da empresa pública ou sociedade de economia mista, admitindo-se valores diferenciados para cada sociedade.

Art. 29. A contratação direta será feita quando houver inviabilidade de competição, em especial na hipótese de:

I – aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo;

II – contratação dos seguintes serviços técnicos especializados, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

- a) estudos técnicos, planejamentos e projetos básicos ou executivos;
- b) pareceres, perícias e avaliações em geral;
- c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras;
- d) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;
- e) fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços;
- f) patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;
- g) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;
- h) restauração de obras de arte e bens de valor histórico.



SF/15311.08741-00



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

§ 1º Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

§ 2º Na hipótese do *caput* e em qualquer dos casos de dispensa, se comprovado sobrepreço ou superfaturamento, respondem solidariamente pelo dano causado quem houver decidido pela contratação direta e o fornecedor ou o prestador de serviços.

§ 3º O processo de contratação direta será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I – caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II – razão da escolha do fornecedor ou do executante;

III – justificativa do preço.

Seção II

Das disposições de caráter geral sobre licitações e contratos

Art. 30. As licitações realizadas e os contratos celebrados por empresas públicas e sociedades de economia mista destinam-se a assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto, e a evitar operações em que se caracterize sobrepreço ou superfaturamento, devendo observar os princípios da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, da economicidade, do desenvolvimento nacional sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, da obtenção de competitividade e do julgamento objetivo.

§ 1º Para os fins do disposto no *caput*, considera-se:



SF/15311.08741-00



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

I – sobrepreço, quando os preços orçados para a licitação ou os preços contratados são expressivamente superiores aos preços referenciais de mercado, podendo referir-se ao valor unitário de um item, se a contratação for por preços unitários de serviço, ou ao valor global do objeto licitado ou contratado, se a licitação for por preço global ou por empreitada;

II – superfaturamento, quando houver dano ao patrimônio da empresa pública e sociedade de economia mista caracterizado, por exemplo:

a) pela medição de quantidades superiores às efetivamente executadas ou fornecidas;

b) pela deficiência na execução de obras e serviços de engenharia que resulte em diminuição da qualidade, da vida útil ou da segurança;

c) por alterações no orçamento de obras e de serviços de engenharia que causem o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato em favor do contratado;

d) por outras alterações de cláusulas financeiras que gerem recebimentos contratuais antecipados, distorção do cronograma físico-financeiro, prorrogação injustificada do prazo contratual com custos adicionais para a empresa públicas e sociedade de economia mista ou reajuste irregular de preços.

§ 2º O orçamento de referência do custo global de obras e serviços de engenharia deverá ser obtido a partir de custos unitários de insumos ou serviços menores ou iguais à mediana de seus correspondentes ao Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (Sinapi), no caso de construção civil em geral, ou na tabela do Sistema de Custos de Obras Rodoviárias (Sicro), no caso de obras e serviços rodoviários, devendo ser observadas as peculiaridades geográficas.

§ 3º No caso de inviabilidade da definição dos custos consoante o disposto no § 2º, a estimativa de custo global poderá ser apurada por meio da utilização de dados contidos em tabela de referência formalmente aprovada por órgãos ou entidades da administração pública federal, em publicações técnicas



SF/15311.08741-00



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

especializadas, em banco de dados e sistema específico instituído para o setor, ou em pesquisa de mercado.

§ 4º As empresas públicas e sociedades de economia mista poderão adotar procedimento de manifestação de interesse privado para o recebimento de propostas e projetos de empreendimentos com vistas a atender necessidades previamente identificadas, cabendo ao regulamento a definição de suas regras específicas.

§ 5º Na hipótese a que se refere o § 4º, o autor ou financiador do projeto poderá participar da licitação para a execução do empreendimento, podendo ser ressarcido pelos custos aprovados pela empresa pública ou sociedade de economia mista caso não vença o certame e desde que seja promovida a cessão de direitos de que trata o art. 79.

Art. 31. Nas licitações e contratos de que trata esta Lei serão observadas as seguintes diretrizes:

I – padronização do objeto da contratação, dos instrumentos convocatórios e das minutas de contratos, de acordo com normas internas específicas;

II – busca da maior vantagem competitiva para a empresa pública e sociedade de economia mista, considerando custos e benefícios, diretos e indiretos, de natureza econômica, social ou ambiental, inclusive os relativos à manutenção, ao desfazimento de bens e resíduos, ao índice de depreciação econômica e a outros fatores de igual relevância;

III – parcelamento do objeto, visando ampliar a participação de licitantes, sem perda de economia de escala, e desde que não atinja valores inferiores aos limites estabelecidos no art. 28, incisos I e II.

IV – adoção preferencial da modalidade de licitação denominada pregão, instituída pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, para a aquisição de bens e serviços comuns, os quais são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.



SF/15311.08741-00



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

§ 1º As licitações e contratos disciplinados por esta Lei devem respeitar, especialmente, as normas relativas à:

I – disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas;

II – mitigação por condicionantes e compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental;

III – utilização de produtos, equipamentos e serviços que, comprovadamente, reduzam o consumo de energia e recursos naturais;

IV – avaliação de impactos de vizinhança, na forma da legislação urbanística;

V – proteção do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado por investimentos efetivados por empresas públicas e sociedades de economia mista;

VI – acessibilidade para o uso por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

§ 2º A produção de impacto negativo decorrente de contratação celebrada por empresa pública e sociedade de economia mista sobre bens do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial tombados dependerá de autorização da esfera de governo encarregada da proteção do respectivo patrimônio e deverá ser compensada por meio de medidas determinadas pelo dirigente máximo da empresa pública e sociedade de economia mista, na forma da legislação aplicável.

§ 3º As licitações na modalidade de pregão, na forma eletrônica, deverão ser realizadas exclusivamente em portais de compras de acesso público na rede mundial de computadores.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

§ 4º Nas licitações com etapa de lances, a empresa pública ou sociedade de economia mista disponibilizará ferramentas eletrônicas para envio de lances automatizados pelos licitantes.

Art. 32. O objeto da licitação e do contrato dela decorrente será definido de forma clara, precisa e detalhada no instrumento convocatório.

Art. 33. O valor estimado do contrato a ser celebrado pela empresa pública ou pela sociedade de economia mista será sigiloso, facultando-se à contratante, mediante justificação na fase de preparação prevista no inciso I do art. 50, conferir publicidade ao valor estimado do objeto da licitação, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas.

§ 1º Nas hipóteses em que for adotado o critério de julgamento por maior desconto, a informação de que trata o *caput* constará do instrumento convocatório.

§ 2º No caso de julgamento por melhor técnica, o valor do prêmio ou da remuneração será incluído no instrumento convocatório.

§ 3º A informação relativa ao valor estimado do objeto da licitação será disponibilizada a órgãos de controle externo e interno, inclusive quando essa informação se revestir de caráter sigiloso, devendo a empresa pública ou sociedade de economia mista registrar em documento formal a sua disponibilização aos órgãos de controle, sempre que solicitado.

§ 4º Na hipótese de adoção de procedimento sigiloso, depois de adjudicado o objeto, a informação do valor estimado será obrigatoriamente divulgada pela empresa pública e sociedade de economia mista e fornecida a qualquer interessado.

Art. 34. Observado o disposto no art. 33, o conteúdo da proposta, quando adotado o modo de disputa fechado e até sua abertura, os atos e procedimentos praticados em decorrência desta Lei submetem-se à legislação que regula o acesso dos cidadãos às informações detidas pela administração



SF/15311.08741-00



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

pública, particularmente aos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Art. 35. As empresas públicas e sociedades de economia mista poderão promover a pré-qualificação de seus fornecedores ou produtos, nos termos do art. 63.

§ 1º O processo de pré-qualificação será público e permanentemente aberto à inscrição de qualquer interessado.

§ 2º As empresas públicas e sociedades de economia mista poderão restringir a participação em suas licitações a fornecedores pré-qualificados.

§ 3º A pré-qualificação terá validade máxima de um ano, podendo ser atualizada a qualquer tempo.

Art. 36. As empresas públicas e sociedades de economia mista deverão informar os dados relativos às sanções por elas aplicadas, de forma a manter atualizado o cadastro de empresas inidôneas de que trata o art. 23 da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, nos termos definidos no art. 82, § 3º.

§ 1º O fornecedor incluído no cadastro referido no *caput* não poderá disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente.

§ 2º Serão excluídos do cadastro decorrente do disposto no *caput*, a qualquer tempo, fornecedores que demonstrarem a superação dos motivos originadores da restrição contra eles promovida.

Art. 37. Estará impedida de participar de licitações e de ser contratada pela empresa pública ou sociedade de economia mista, a empresa:

I – cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da empresa pública ou sociedade de economia mista contratante;



SF/15311.08741-00



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

II – suspensão pela empresa pública ou sociedade de economia mista;

III – declarada inidônea pela União, Estado, Distrito Federal ou pela unidade federativa a que está vinculada a empresa pública ou sociedade de economia mista, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

IV – constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;

V – cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;

VI – constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

VII – cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos de que deram ensejo à sanção.

V – que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa considerada inidônea;

Parágrafo único. Aplica-se a vedação prevista no *caput*:

I – à contratação do próprio empregado ou dirigente, como pessoa física, bem como à participação dele em procedimentos licitatórios, na condição de licitante;

II – a quem detenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:

a) dirigente de empresa pública e sociedade de economia mista;



SF/15311.08741-00



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

b) empregado de empresa pública e sociedade de economia mista cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação;

c) autoridade do ente público a que a empresa pública ou sociedade de economia mista esteja vinculada.

III – cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a respectiva empresa pública ou sociedade de economia mista promotora da licitação ou contratante há menos de 6 (seis) meses.

Art. 38. Os procedimentos licitatórios, a pré-qualificação e os contratos disciplinados por esta Lei serão divulgados em portal específico mantido pela empresa pública e sociedade de economia mista na rede mundial de computadores, devendo ser adotados, os seguintes prazos mínimos para apresentação de propostas ou lances, contados a partir da divulgação do instrumento convocatório:

I – para aquisição de bens:

a) cinco dias úteis, quando adotados os critérios de julgamento pelo menor preço ou pelo maior desconto;

b) dez dias úteis, nas demais hipóteses;

II – para a contratação de obras e serviços:

a) quinze dias úteis, quando adotados os critérios de julgamento pelo menor preço ou pelo maior desconto;

b) trinta dias úteis, nas demais hipóteses.

III – no mínimo quarenta e cinco dias úteis para licitação em que se adote o critério de julgamento pela combinação de melhor técnica e preço, pela



SF/15311.08741-00



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

melhor técnica, ou nas licitações em que houver contratação semi-integrada ou integrada.

Parágrafo único. As modificações promovidas no instrumento convocatório serão objeto de divulgação nos mesmos termos e prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não afetar a preparação das propostas.

Art. 39. As empresas públicas e sociedades de economia mista deverão expedir e manter atualizado seu regulamento interno de licitações e contratos, compatível com o disposto nesta Lei, especialmente quanto a:

- I – glossário de expressões técnicas;
- II – cadastro de fornecedores;
- III – minutas-padrão de editais e contratos;
- IV – procedimentos de licitação e contratação direta;
- V – tramitação de recursos;
- VI – formalização de contratos;
- VII – gestão e fiscalização de contratos;
- VIII – aplicação de penalidades;
- IX – recebimento do objeto do contrato.

Art. 40. Aplicam-se às licitações e contratos regidos por esta Lei as normas de direito penal inseridas nos arts. 89 a 99 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Seção III

Das normas específicas para obras e serviços



SF/15311.08741-00



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

Art. 41. Na licitação e na contratação de obras e serviços por empresas públicas e sociedades de economia mista, serão observadas as seguintes definições:

I – empreitada por preço unitário: contratação por preço certo de unidades determinadas;

II – empreitada por preço global: contratação por preço certo e total;

III – tarefa: contratação de mão de obra para pequenos trabalhos por preço certo, com ou sem fornecimento de materiais.

IV – empreitada integral: contratação de empreendimento em sua integralidade, com todas as etapas das obras, serviços e instalações necessárias, sob inteira responsabilidade da contratada até a sua entrega ao contratante em condições de entrada em operação, atendidos os requisitos técnicos e legais para sua utilização em condições de segurança estrutural e operacional e com as características adequadas às finalidades para que foi contratada;

V – contratação semi-integrada: a que envolve a elaboração e o desenvolvimento do projeto executivo, a execução de obras e serviços de engenharia, a montagem, a realização de testes, a pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto, de acordo com o estabelecido nos §§ 1º, 2º e 3º.

VI – contratação integrada: a que envolve a elaboração e o desenvolvimento dos projetos básico e executivo, a execução de obras e serviços de engenharia, a montagem, a realização de testes, a pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto, de acordo com o estabelecido nos §§ 1º, 2º e 3º;

VII – anteprojeto de engenharia: peça técnica com todos os elementos de contornos necessários e fundamentais à elaboração do projeto básico, devendo conter minimamente os seguintes elementos:



SF/15311.08741-00



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

a) demonstração e a justificativa do programa de necessidades, a visão global dos investimentos e as definições quanto ao nível de serviço desejado;

b) condições de solidez, segurança, durabilidade e prazo de entrega;

c) estética do projeto arquitetônico;

d) parâmetros de adequação ao interesse público, à economia na utilização, à facilidade na execução, aos impactos ambientais e à acessibilidade;

e) concepção da obra ou serviço de engenharia;

f) projetos anteriores ou estudos preliminares que embasaram a concepção adotada;

g) levantamento topográfico e cadastral;

h) pareceres de sondagem; e

i) memorial descritivo dos elementos da edificação, dos componentes construtivos e dos materiais de construção, de forma a estabelecer padrões mínimos para a contratação.

VIII – projeto básico: conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para, observado o disposto no § 3º, caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, devendo conter os seguintes elementos:

a) desenvolvimento da solução escolhida de forma a fornecer visão global da obra e identificar todos os seus elementos constitutivos com clareza;



SF/15311.08741-00



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

b) soluções técnicas globais e localizadas, suficientemente detalhadas, de forma a minimizar a necessidade de reformulação ou de variantes durante as fases de elaboração do projeto executivo e de realização das obras e montagem;

c) identificação dos tipos de serviços a executar e de materiais e equipamentos a incorporar à obra, bem como suas especificações que assegurem os melhores resultados para o empreendimento, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;

d) informações que possibilitem o estudo e a dedução de métodos construtivos, instalações provisórias e condições organizacionais para a obra, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;

e) subsídios para montagem do plano de licitação e gestão da obra, compreendendo a sua programação, a estratégia de suprimentos, as normas de fiscalização e outros dados necessários em cada caso;

f) orçamento detalhado do custo global da obra, fundamentado em quantitativos de serviços e fornecimentos propriamente avaliados;

IX – projeto executivo: conjunto dos elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, de acordo com as normas técnicas pertinentes;

X – matriz de riscos: cláusula contratual definidora de riscos e responsabilidades entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

a) listagem de possíveis eventos supervenientes à assinatura do contrato, impactantes no equilíbrio econômico-financeiro da avença, e respectiva eventual necessidade de prolação de termo aditivo quando da sua ocorrência;



SF/15311.08741-00



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

b) estabelecimento preciso de quais frações do objeto em que haverá liberdade das contratadas para inovar em termos das soluções metodológicas ou tecnológicas, em obrigações de resultado em termos de modificação das soluções previamente delineadas no projeto-básico ou anteprojeto da licitação;

c) estabelecimento preciso das frações do objeto em que não haverá liberdade das contratadas para inovar em termos de soluções metodológicas ou tecnológicas, em obrigações de meio, com obrigação de identidade entre a execução e a solução pré-definida no projeto básico ou anteprojeto da licitação.

§ 1º As contratações semi-integradas e integradas referidas nos incisos V e VI, respectivamente, do *caput* restringir-se-ão a obras e serviços de engenharia e observarão os seguintes requisitos:

I – o instrumento convocatório deverá conter:

a) anteprojeto de engenharia, no caso de contratação integrada, com elementos técnicos que permitam a caracterização da obra ou serviço e a elaboração e comparação das propostas a serem ofertadas pelos particulares de forma isonômica;

b) projeto básico, no caso da empreitada integral, da empreitada por preço global, da empreitada por preço unitário e da contratação semi-integrada, nos termos definidos neste artigo;

c) documento técnico, com definição precisa das frações do empreendimento com liberdade de as contratadas inovarem em termos das soluções metodológicas ou tecnológicas, seja em termos de modificação das soluções previamente delineadas no anteprojeto ou no projeto básico da licitação, seja detalhando os sistemas e procedimentos construtivos previstos nessas peças técnicas;

d) matriz de riscos.



SF/15311.08741-00



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

II – o valor estimado do objeto a ser licitado será calculado com base em valores de mercado, em valores pagos pela administração pública em serviços e obras similares ou em avaliação do custo global da obra, aferida mediante orçamento sintético ou metodologia expedita ou paramétrica;

III – será adotado o critério de julgamento de preço ou de técnica e preço, pontuando-se na avaliação técnica as vantagens e benefícios que eventualmente forem oferecidas para cada produto ou solução;

IV – na contratação semi-integrada, o projeto básico poderá ser alterado, desde que demonstrada a superioridade das inovações em termos de redução de custos, aumento da qualidade, redução do prazo de execução e facilidade de manutenção ou operação.

§ 2º No caso dos orçamentos das contratações integradas:

I – sempre que o anteprojeto da licitação, por seus elementos mínimos, assim o permitir, as estimativas de preço devem se basear em orçamento tão detalhado quanto possível, devendo a utilização de estimativas paramétricas e a avaliação aproximada baseada em outras obras similares serem realizadas somente nas frações do empreendimento não suficientemente detalhadas pelo anteprojeto da licitação, exigindo no mínimo o mesmo nível de detalhamento das contratadas em seus Demonstrativos de Formação de Preços;

II – quando utilizada metodologia expedita ou paramétrica para abalizar o valor do empreendimento ou fração dele, consideradas as disposições do inciso I, dentre duas ou mais técnicas estimativas possíveis, deve ser utilizada em suas estimativas de preço-base a que viabilize a maior precisão orçamentária, exigindo no mínimo o mesmo nível de detalhamento das licitantes na motivação dos respectivos preços ofertados;

§ 3º Nas contratações integradas ou semi-integradas, os riscos decorrentes de fatos supervenientes à contratação associados à escolha da solução de projeto básico pela contratada, deverão ser reservados à mesma na matriz de riscos.



SF/15311.08741-00



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

§ 4º No caso de licitação de obras e serviços de engenharia, as empresas públicas e sociedades de economia mista abrangidas por esta Lei deverão preferencialmente utilizar a contratação semi-integrada, prevista no inciso V do *caput*, cabendo a elas a elaboração ou contratação do projeto básico antes da licitação de que trata este parágrafo, podendo ser utilizadas outras modalidades previstas no *caput*, desde que devidamente justificado o seu benefício.

§ 5º Para fins do previsto na parte final do § 4º, não será admitida como justificativa, por parte da empresa pública ou sociedade de economia mista, de ausência de projeto básico para a adoção da modalidade de contratação integrada.

Art. 42. Os contratos destinados à execução de obras e serviços de engenharia admitirão os seguintes regimes:

I – empreitada por preço unitário, nos casos em que os objetos, por sua natureza, possuam imprecisão inerente de quantitativos em seus itens orçamentários;

II – empreitada por preço global, quando for possível definir previamente no projeto básico, com boa margem de precisão, as quantidades dos serviços a serem posteriormente executados na fase contratual;

III – contratação por tarefa, em contratações de profissionais autônomos ou de pequenas empresas para realização de serviços técnicos comuns e de curta duração;

IV – empreitada integral, nos casos em que o contratante necessite receber o empreendimento, normalmente de alta complexidade, em condição de operação imediata;

V – contratação semi-integrada, quando for possível definir previamente no projeto básico as quantidades dos serviços a serem posteriormente executados na fase contratual, em obra ou o serviço de engenharia de natureza que possam ser executados com diferentes metodologias ou tecnologias;



SF/15311.08741-00



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

VI – contratação integrada, quando a obra ou o serviço de engenharia for de natureza predominantemente intelectual e de inovação tecnológica do objeto licitado ou que possam ser executados com diferentes metodologias ou tecnologias de domínio restrito no mercado.

§ 1º Serão obrigatoriamente precedidas pela elaboração de projeto básico, disponível para exame de qualquer interessado, as licitações para a contratação de obras e serviços, com exceção daquelas em que for adotado o regime previsto no inciso VI do *caput*.

§ 2º É vedada a execução, sem projeto executivo, de obras e serviços de engenharia.

Art. 43. É vedada a participação direta ou indireta nas licitações para obras e serviços de engenharia de que trata esta Lei:

I – da pessoa física ou jurídica que tenha elaborado o projeto básico ou o anteprojeto da licitação;

II – da pessoa jurídica que participar de consórcio responsável pela elaboração do projeto básico ou o anteprojeto da licitação;

III – da pessoa jurídica da qual o autor do projeto básico ou anteprojeto da licitação seja administrador, controlador, gerente, responsável técnico, subcontratado ou sócio, nesse último caso quando a participação superar 5% por cento do capital votante.

§ 1º A elaboração do projeto executivo constituirá encargo do contratado, consoante preço previamente fixado pela empresa pública ou sociedade de economia mista.

§ 2º É permitida a participação das pessoas físicas ou jurídicas de que tratam os incisos II e III do *caput* em licitação ou na execução do contrato, como consultor ou técnico, nas funções de fiscalização, supervisão ou gerenciamento, exclusivamente a serviço da empresa pública e sociedade de economia mista interessada.



SF/15311.08741-00



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

§ 3º Para fins do disposto no *caput*, considera-se participação indireta a existência de vínculos de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto básico, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários.

§ 4º O disposto no § 3º aplica-se a empregados incumbidos de levar a efeito atos e procedimentos realizados pela empresa pública e sociedade de economia mista no curso da licitação.

Art. 44. Na contratação de obras e de serviços, inclusive de engenharia, poderá ser estabelecida remuneração variável vinculada ao desempenho do contratado, com base em metas, padrões de qualidade, critérios de sustentabilidade ambiental e prazos de entrega definidos no instrumento convocatório e no contrato.

Parágrafo único. A utilização da remuneração variável respeitará o limite orçamentário fixado pela empresa pública ou sociedade de economia mista para a respectiva contratação.

Art. 45. Mediante justificativa expressa, poderá ser celebrado mais de um contrato para executar serviço de mesma natureza, desde que não implique perda de economia de escala, quando o objeto da contratação puder ser executado de forma concorrente e simultânea por mais de um contratado.

§ 1º Na hipótese prevista no *caput*, será mantido controle individualizado da execução do objeto contratual relativamente a cada um dos contratados.

§ 2º O disposto no *caput* não se aplica aos serviços de engenharia.

Seção IV Das normas específicas para aquisição de bens

Art. 46. As empresas públicas e sociedades de economia mista, na licitação para aquisição de bens, poderão:



SF/15311.08741-00



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

I – indicar marca ou modelo, nas seguintes hipóteses:

- a) em decorrência da necessidade de padronização do objeto;
- b) quando determinada marca ou modelo comercializado por mais de um fornecedor constituir a única capaz de atender o objeto do contrato;
- c) quando for necessário, para compreensão do objeto, a identificação de determinada marca ou modelo aptos a servir como referência, situação em que será obrigatório o acréscimo da expressão “ou similar ou de melhor qualidade”;

II – exigir amostra do bem no procedimento de pré-qualificação e na fase de julgamento das propostas ou de lances, desde que justificada a necessidade da sua apresentação;

III – solicitar a certificação da qualidade do produto ou do processo de fabricação, inclusive sob o aspecto ambiental, por instituição previamente credenciada.

Parágrafo único. O edital poderá exigir, como condição de aceitabilidade da proposta, a adequação às normas da Associação Nacional de Normas Técnicas – ABNT ou a certificação da qualidade do produto por instituição credenciada pelo Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial.

Art. 47. Será dada publicidade, com periodicidade mínima semestral, em portal de acesso irrestrito mantido junto à rede mundial de computadores, à relação das aquisições de bens efetivadas pelas empresas públicas e sociedades de economia mista, compreendidas as seguintes informações:

I – identificação do bem comprado, de seu preço unitário e da quantidade adquirida;

II – nome do fornecedor;



SF/15311.08741-00



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

III – valor total de cada aquisição.

Seção V

Das normas específicas para alienação de bens

Art. 48. A alienação de bens por empresas públicas e sociedades de economia mista será precedida de:

I – avaliação formal do bem contemplado, ressalvadas as hipóteses previstas nos incisos XVI a XVIII do art. 28;

II – licitação, ressalvado o previsto no § 3º do art. 27.

Art. 49. Estendem-se à atribuição de ônus real a bens integrantes do acervo patrimonial de empresas públicas e sociedades de economia mista as normas desta Lei aplicáveis à sua alienação, inclusive em relação às hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação.

Seção VI

Do procedimento de licitação

Art. 50. As licitações de que trata esta Lei observarão a seguinte sequência de fases:

I – preparação;

II – divulgação;

III – apresentação de lances ou propostas, conforme o modo de disputa adotado;

IV – julgamento;

V – verificação de efetividade dos lances ou propostas;



SF/15311.08741-00



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

- VI – negociação;
- VII – habilitação;
- VIII – interposição de recursos;
- IX – homologação do resultado ou revogação do procedimento.
- X – adjudicação do objeto;

§ 1º A fase de que trata o inciso VII do *caput* poderá, excepcionalmente, anteceder as referidas nos incisos III a VI do *caput*, desde que expressamente previsto no instrumento convocatório.

§ 2º Os atos e procedimentos decorrentes das fases enumeradas no *caput* praticados por empresas públicas e sociedades de economia mista e por licitantes serão efetivados preferencialmente por meio eletrônico, nos termos definidos pelo instrumento convocatório, devendo os avisos contendo os resumos dos editais das licitações e contratos abrangidos por esta Lei serem previamente publicados no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município e na rede mundial de computadores.

Art. 51. Poderão ser adotados os modos de disputa aberto ou fechado, ou quando o objeto da licitação puder ser parcelado, a combinação de ambos, observado o disposto no inciso III do art. 31.

§ 1º No modo de disputa aberto, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, crescentes ou decrescentes, conforme o critério de julgamento adotado.

§ 2º No modo de disputa fechado, as propostas apresentadas pelos licitantes serão sigilosas até a data e hora designadas para que sejam divulgadas.

Art. 52. Quando for adotado o modo de disputa aberto, poderão ser admitidos:



SF/15311.08741-00



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

I – a apresentação de lances intermediários;

II – o reinício da disputa aberta, após a definição do melhor lance e para definição das demais colocações, quando existir uma diferença de pelo menos dez por cento entre o melhor lance e o subsequente.

Parágrafo único. Consideram-se intermediários os lances:

I – iguais ou inferiores ao maior já ofertado, quando adotado o julgamento pelo critério da maior oferta;

II – iguais ou superiores ao menor já ofertado, quando adotados os demais critérios de julgamento.

Art. 53. Poderão ser utilizados os seguintes critérios de julgamento:

I – menor preço;

II – maior desconto;

III – melhor combinação de técnica e preço;

IV – melhor técnica;

V – melhor conteúdo artístico;

VI – maior oferta de preço;

VII – maior retorno econômico;

VIII – melhor destinação de bens alienados.

§ 1º Os critérios de julgamento serão expressamente identificados no instrumento convocatório e poderão ser combinados na hipótese de parcelamento do objeto, observado o disposto no inciso III do art. 31.



SF/15311.08741-00



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

§ 2º Na hipótese de adoção dos critérios referidos nos incisos III, IV, V e VII do *caput*, o julgamento das propostas será efetivado pelo emprego de parâmetros específicos, destinados a limitar ao máximo a subjetividade do julgamento e definidos no instrumento convocatório.

§ 3º Para efeito de julgamento, não serão consideradas vantagens não previstas no instrumento convocatório.

§ 4º O critério previsto no inciso II do *caput*:

I – terá como referência o preço global fixado no instrumento convocatório, estendendo-se o desconto oferecido nas propostas ou lances vencedores a eventuais termos aditivos;

II – no caso de obras e serviços de engenharia, o desconto incidirá de forma linear sobre a totalidade dos itens constantes do orçamento estimado, obrigatoriamente inserido no instrumento convocatório.

§ 5º Quando for utilizado o critério referido no inciso III do *caput*, a avaliação das propostas técnicas e de preço considerará o percentual de ponderação mais relevante limitado a 70% (setenta por cento).

§ 6º No julgamento pelo maior retorno econômico, os lances ou propostas terão o objetivo de proporcionar economia à empresa pública e sociedade de economia mista, por meio da redução de suas despesas correntes, remunerando-se o licitante vencedor com base em percentual da economia de recursos gerada.

§ 7º Na implementação do critério previsto no inciso VIII do *caput*, será obrigatoriamente considerada, nos termos do respectivo instrumento convocatório, a repercussão, no meio social, da finalidade para cujo atendimento o bem será utilizado pelo adquirente.

§ 8º O descumprimento da finalidade a que se refere o § 7º resultará na imediata restituição do bem alcançado ao acervo patrimonial da empresa



SF/15311.08741-00



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

pública ou sociedade de economia mista, vedado, nessa hipótese, o pagamento de indenização em favor do adquirente.

Art. 54. Em caso de empate entre duas propostas, serão utilizados, na ordem em que se encontram enumerados, os seguintes critérios de desempate:

I – disputa final, em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta fechada, em ato contínuo ao encerramento da etapa de julgamento;

II – a avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, desde que exista sistema objetivo de avaliação instituído;

III – os critérios estabelecidos no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e no § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

IV – sorteio.

Art. 55. Efetuado o julgamento dos lances ou propostas, será promovida a verificação de sua efetividade, promovendo-se a desclassificação daqueles que:

I – contenham vícios insanáveis;

II – descumpram especificações técnicas constantes do instrumento convocatório;

III – apresentem preços manifestamente inexequíveis;

IV – encontrem-se acima do orçamento estimado para a contratação, ressalvada a hipótese prevista no *caput* do art. 33;

V – não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela empresa pública e sociedade de economia mista;



SF/15311.08741-00



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

VI – apresentem desconformidade com outras exigências do instrumento convocatório, salvo se for possível a acomodação a seus termos antes da adjudicação do objeto e sem que se prejudique a atribuição de tratamento isonômico entre os licitantes.

§ 1º A verificação da efetividade dos lances ou propostas poderá ser feita exclusivamente em relação aos lances e propostas mais bem classificados.

§ 2º A empresa pública e sociedade de economia mista poderão realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, na forma do inciso V do *caput*.

§ 3º Nas licitações de obras e serviços de engenharia, consideram-se inexequíveis as propostas com valores globais inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

I – média aritmética dos valores das propostas superiores a cinquenta por cento do valor do orçamento estimado pela empresa pública ou sociedade de economia mista, ou

II – valor do orçamento estimado pela empresa pública ou sociedade de economia mista.

§ 4º Para os demais objetos, para efeito de avaliação da exequibilidade ou de sobrepreço, deverão ser estabelecidos critérios de aceitabilidade de preços, sendo que serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários, assim definidos no instrumento convocatório

Art. 56. Confirmada a efetividade do lance ou proposta que ocupou a primeira colocação na etapa de julgamento, ou que passe a ocupar essa posição, em decorrência da desclassificação de outra que tenha obtido colocação superior, a empresa pública e a sociedade de economia mista deverão negociar condições mais vantajosas com quem os apresentou.



SF/15311.08741-00



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

§ 1º A negociação deverá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem inicialmente estabelecida, quando o preço do primeiro colocado, mesmo após a negociação, permanecer acima do orçamento estimado.

§ 2º Durante a fase de negociação, o orçamento, se sigiloso, poderá ser aberto, desde que em sessão pública.

§ 3º Se depois de adotada a providência referida no § 1º não for obtido valor igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, será revogada a licitação.

Art. 57. A habilitação será apreciada exclusivamente a partir dos seguintes parâmetros:

I – exigência da apresentação de documentos aptos a comprovar a possibilidade da aquisição de direitos e da contração de obrigações por parte do licitante;

II – qualificação técnica, restrita a parcelas do objeto técnica ou economicamente relevantes, de acordo com parâmetros estabelecidos de forma expressa no instrumento convocatório;

III – capacidade econômica e financeira;

IV – recolhimento de quantia a título de adiantamento, tratando-se de licitações em que se utilize o critério de julgamento pela maior oferta de preço.

§ 1º Quando utilizado o critério de julgamento pela maior oferta de preço, os requisitos de qualificação técnica e de capacidade econômica e financeira poderão ser dispensados.

§ 2º Na hipótese do § 1º, reverterá a favor da empresa pública e sociedade de economia mista o valor de quantia eventualmente exigida no instrumento convocatório a título de adiantamento, caso o licitante não efetue o restante do pagamento devido no prazo para tanto estipulado.



SF/15311.08741-00



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

Art. 58. Salvo no caso de inversão de fases, o procedimento licitatório terá uma fase recursal única.

§ 1º Os recursos serão apresentados no prazo de cinco dias úteis após a habilitação e contemplarão, além dos atos praticados nessa fase, aqueles atos praticados em decorrência do disposto nos incisos IV e V do *caput* do art. 50.

§ 2º Na hipótese de inversão de fases, o prazo referido no § 1º será aberto após a habilitação e após o encerramento da fase prevista no inciso V do *caput* do art. 50, abrangendo o segundo prazo também atos decorrentes da fase referida no inciso IV do *caput* do art. 50.

Art. 59. A homologação do resultado implica a constituição de direito relativo à celebração do contrato em favor do licitante vencedor.

Art. 60. As empresas públicas e sociedades de economia mista não poderão celebrar o contrato com preterição da ordem de classificação das propostas ou com terceiros estranhos à licitação.

Art. 61. Além das hipóteses previstas no § 3º do art. 56 e no inciso II do § 2º do art. 74, quem dispuser de competência para homologação do resultado poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado.

§ 1º A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, observado o disposto no § 2º.

§ 2º A nulidade da licitação induz à do contrato.

§ 3º Depois de iniciada a fase de apresentação de lances ou propostas, referida no inciso III do art. 50, a revogação ou a anulação da licitação somente serão efetivadas depois de se conceder aos licitantes que



SF/15311.08741-00



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

manifestem interesse em contestar o respectivo ato prazo apto a lhes assegurar o exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa.

§ 4º O disposto no *caput* e nos §§ 1º e 2º aplica-se, no que couber, aos atos por meio dos quais se determine a contratação direta.

Seção VII

Dos procedimentos auxiliares das licitações

Art. 62. São procedimentos auxiliares das licitações regidas pelo disposto nesta Lei:

- I – pré-qualificação permanente;
- II – cadastramento;
- III – sistema de registro de preços; e
- IV – catálogo eletrônico de padronização.

Parágrafo único. Os procedimentos de que trata o *caput* obedecerão a critérios claros e objetivos definidos em regulamento.

Art. 63. Considera-se pré-qualificação permanente o procedimento anterior à licitação destinado a identificar:

- I – fornecedores que reúnam condições de habilitação exigidas para o fornecimento de bem ou a execução de serviço ou obra nos prazos, locais e condições previamente estabelecidos; e
- II – bens que atendam às exigências técnicas e de qualidade da administração pública.

§ 1º O procedimento de pré-qualificação será público e permanentemente aberto à inscrição de qualquer interessado.



SF/15311.08741-00



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

§ 2º As empresas públicas e sociedades de economia mista poderão restringir a participação em suas licitações a fornecedores ou produtos pré-qualificados, nas condições estabelecidas em regulamento.

§ 3º A pré-qualificação poderá ser efetuada nos grupos ou segmentos, segundo as especialidades dos fornecedores.

§ 4º A pré-qualificação poderá ser parcial ou total, contendo alguns ou todos os requisitos de habilitação ou técnicos necessários à contratação, assegurada, em qualquer hipótese, a igualdade de condições entre os concorrentes.

§ 5º A pré-qualificação terá validade de 1 (um) ano, no máximo, podendo ser atualizada a qualquer tempo.

§ 6º Na pré-qualificação aberta de produtos, poderá ser exigida a comprovação de qualidade.

§ 7º É obrigatória a divulgação dos produtos e interessados que forem pré-qualificados.

Art. 64. Os registros cadastrais poderão ser mantidos para efeito de habilitação dos inscritos em procedimentos licitatórios e serão válidos por 1 (um) ano, no máximo, podendo ser atualizados a qualquer tempo.

§ 1º Os registros cadastrais serão amplamente divulgados e ficarão permanentemente abertos para a inscrição de interessados.

§ 2º Os inscritos serão admitidos segundo requisitos previstos em regulamento.

§ 3º A atuação do licitante no cumprimento de obrigações assumidas será anotada no respectivo registro cadastral.



SF/15311.08741-00



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

§ 4º A qualquer tempo poderá ser alterado, suspenso ou cancelado o registro do inscrito que deixar de satisfazer as exigências de habilitação ou as estabelecidas para admissão cadastral.

Art. 65. O Sistema de Registro de Preços, especificamente destinado às licitações de que trata esta Lei, reger-se-á pelo disposto em regulamento.

§ 1º Poderá aderir ao sistema referido no *caput* qualquer órgão ou entidade responsável pela execução das atividades contempladas no art. 1º.

§ 2º O registro de preços observará, entre outras, as seguintes condições:

- I – efetivação prévia de ampla pesquisa de mercado;
- II – seleção de acordo com os procedimentos previstos em regulamento;
- III – desenvolvimento obrigatório de rotina de controle e atualização periódicos dos preços registrados;
- IV – definição da validade do registro; e
- V – inclusão, na respectiva ata, do registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, assim como dos licitantes que mantiverem suas propostas originais.

§ 3º A existência de preços registrados não obriga a administração pública a firmar os contratos que deles poderão advir, sendo facultada a realização de licitação específica, assegurada ao licitante registrado preferência em igualdade de condições.

Art. 66. O catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras consiste em sistema informatizado, de gerenciamento



SF/15311.08741-00



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

centralizado, destinado a permitir a padronização dos itens a serem adquiridos pela empresa pública ou sociedade de economia mista que estarão disponíveis para a realização de licitação.

Parágrafo único. O catálogo referido no *caput* poderá ser utilizado em licitações cujo critério de julgamento seja a oferta de menor preço ou de maior desconto e conterà toda a documentação e procedimentos da fase interna da licitação, assim como as especificações dos respectivos objetos, conforme disposto em regulamento.

CAPÍTULO II DOS CONTRATOS

Seção I Da formalização dos contratos

Art. 67. Os contratos de que trata esta Lei regulam-se pelas suas cláusulas, pelo disposto nesta Lei e pelos preceitos de direito privado.

Art. 68. São cláusulas necessárias nos contratos disciplinados por esta Lei:

I – o objeto e seus elementos característicos;

II – o regime de execução ou a forma de fornecimento;

III – o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;

IV – os prazos de início de cada etapa de execução, de conclusão, de entrega, de observação, quando for o caso, e de recebimento;

V – as garantias oferecidas para assegurar a plena execução do objeto contratual, quando exigidas, observado o disposto no art. 67;



SF/15311.08741-00



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

VI – os direitos e as responsabilidades das partes, as tipificações das infrações e respectivas penalidades e valores das multas;

VII – os casos de rescisão e os mecanismos para alteração de seus termos;

VIII – a vinculação ao instrumento convocatório da respectiva licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, bem como ao lance ou proposta do licitante vencedor;

IX – a obrigação do contratado de manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas no curso do procedimento licitatório.

X – matriz de riscos.

§ 1º Nos contratos celebrados com pessoas físicas ou jurídicas, inclusive quando domiciliadas em território estrangeiro, deverá constar cláusula que declare competente o foro da sede da empresa pública ou sociedade de economia mista para dirimir qualquer questão contratual.

§ 2º Nos contratos decorrentes de licitações de obras ou serviços de engenharia em que tenha sido adotado o modo de disputa aberto, o contratado deverá reelaborar e apresentar à empresa pública e sociedade de economia mista, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, bem como do detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao lance vencedor, para fins do disposto no inciso III do *caput*.

Art. 69. Poderá ser exigida prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras.

§ 1º Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

I – caução em dinheiro;



SF/15311.08741-00



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

II – seguro-garantia;

III – fiança bancária.

§ 2º A garantia a que se refere o *caput* não excederá a cinco por cento do valor do contrato e terá seu valor atualizado nas mesmas condições daquele, ressalvado o previsto no § 3º.

§ 3º Para obras, serviços e fornecimentos de grande vulto envolvendo complexidade técnica e riscos financeiros elevados, o limite de garantia previsto no § 2º poderá ser elevado para até dez por cento do valor do contrato.

§ 4º A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato, sendo atualizada monetariamente na hipótese do inciso I do *caput*.

Art. 70. A duração dos contratos regidos por esta Lei não excederá cinco anos, contados a partir da sua celebração, exceto:

I – para projetos contemplados no plano de negócios e investimentos da empresa pública e da sociedade de economia mista;

II – quando a pactuação por prazo superior a cinco anos for prática rotineira de mercado e a imposição desse prazo inviabilize ou onere excessivamente a realização do negócio.

Parágrafo único. É vedado o contrato por prazo indeterminado.

Art. 71. Os contratos regidos por esta Lei somente poderão ser alterados por acordo entre as partes, vedando-se ajuste que resulte em violação da obrigação de licitar.

Art. 72. A redução a termo do contrato poderá ser dispensada nos casos de pequenas despesas de pronta entrega e pagamento, das quais não



SF/15311.08741-00



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

resultem obrigações futuras por parte da empresa pública e sociedade de economia mista.

Parágrafo único. O disposto no *caput* não prejudicará o registro contábil exaustivo dos valores despendidos e a exigência de recibo por parte dos respectivos destinatários.

Art. 73. É permitido a qualquer interessado o conhecimento dos termos do contrato e a obtenção de cópia autenticada de seu inteiro teor ou de qualquer de suas partes, admitindo-se a exigência de ressarcimento dos custos.

Art. 74. A empresa pública e sociedade de economia mista convocarão o licitante vencedor ou o destinatário de contratação com dispensa ou inexigibilidade de licitação para assinar o termo de contrato, dentro do prazo e condições estabelecidos, sob pena de decair o direito à contratação.

§ 1º O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período.

§ 2º É facultado à empresa pública ou sociedade de economia mista, quando o convocado não assinar o termo de contrato no prazo e condições estabelecidos:

I – convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o instrumento convocatório;

II – revogar a licitação.

Art. 75. O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, e responderá por danos causados diretamente a terceiros ou à empresa pública e sociedade de economia mista,



SF/15311.08741-00



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

Art. 76. O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

§ 1º A inadimplência do contratado, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à empresa pública e sociedade de economia mista a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis.

§ 2º A empresa pública e sociedade de economia mista responde solidariamente com o contratado pelos encargos previdenciários resultantes da execução do contrato, nos termos do art. 31 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

Art. 77. O contratado, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes da obra, serviço ou fornecimento, até o limite admitido, em cada caso, pela empresa pública e sociedade de economia mista, conforme previsto no edital do certame.

§ 1º A empresa subcontratada deverá atender, em relação ao objeto da subcontratação, as exigências de qualificação técnica impostas ao licitante vencedor.

§ 2º É vedada a subcontratação de empresa ou consórcio que tenha participado do procedimento licitatório do qual se originou a contratação, ou que tenha participado, direta ou indiretamente, da elaboração de projeto básico ou executivo.

§ 3º As empresas de prestação de serviços técnicos especializados deverão garantir que os integrantes de seu corpo técnico executem pessoal e diretamente as obrigações a eles imputadas, quando a respectiva relação for apresentada em procedimento licitatório ou em contratação direta.



SF/15311.08741-00



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

Art. 78. Na hipótese do § 6º do art. 53, quando não for gerada a economia prevista no lance ou proposta:

I – a diferença entre a economia contratada e a efetivamente obtida será descontada da remuneração do contratado;

II – se a diferença entre a economia contratada e a efetivamente obtida for superior à remuneração do contratado, será aplicada a sanção prevista no contrato, nos termos do inciso VI do *caput* do art. 68.

Art. 79. Os direitos patrimoniais e autorais de projetos ou serviços técnicos especializados desenvolvidos por profissionais autônomos ou por empresas contratadas passam a ser propriedade da empresa pública ou sociedade de economia mista que os tenha contratado, sem prejuízo da preservação da identificação dos respectivos autores e da responsabilidade técnica a eles atribuída.

Seção II Da alteração dos contratos

Art. 80. Os contratos celebrados nos regimes previstos nos incisos I a V do art. 42 contará com cláusula estabelecendo a possibilidade da alteração, por acordo entre as partes, nos seguintes casos:

I – quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

II – quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

III – quando conveniente a substituição da garantia de execução;

IV – quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;



SF/15311.08741-00



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

V – quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;

VI – para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

§ 1º O contratado poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.

§ 2º Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no § 1º, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

§ 3º Se no contrato não houverem sido contemplados preços unitários para obras ou serviços, esses serão fixados mediante acordo entre as partes, respeitados os limites estabelecidos no § 1º.

§ 4º No caso de supressão de obras, bens ou serviços, se o contratado já houver adquirido os materiais e posto no local dos trabalhos, estes deverão ser pagos pela empresa pública ou sociedade de economia mista pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente corrigidos, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados.



SF/15311.08741-00



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

§ 5º Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

§ 6º Em havendo alteração do contrato que aumente os encargos do contratado, a empresa pública ou sociedade de economia mista deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

§ 7º A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato, as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.

§ 8º Veda-se a celebração de aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados, na matriz de riscos, como de responsabilidade da contratada.

Seção III Das sanções administrativas

Art. 81. Os contratos devem conter cláusulas com sanções administrativas a serem aplicadas em decorrência de atraso injustificado na execução do contrato, sujeitando o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato.

§ 1º A multa a que alude este artigo não impede que a empresa pública ou a sociedade de economia mista rescinda o contrato e aplique as outras sanções previstas nesta Lei.

§ 2º A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do respectivo contratado.



SF/15311.08741-00



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

§ 3º Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela empresa pública ou pela sociedade de economia mista ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

Art. 82. Pela inexecução total ou parcial do contrato a empresa pública ou a sociedade de economia mista poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a entidade sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, inclusive com empresas públicas ou sociedades de economia mista, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a empresa pública ou a sociedade de economia mista pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

§ 1º Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela empresa pública ou pela sociedade de economia mista ou cobrada judicialmente.

§ 2º As sanções previstas nos incisos I, III e IV do *caput* poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis.



SF/15311.08741-00



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

§ 3º A sanção estabelecida no inciso IV do *caput* deverá ser aplicada a fornecedores que tenham, além da falta de não ter executado total ou parcialmente o objeto contratado:

I – infringido cláusula de contrato celebrado com a empresa pública e sociedade de economia mista sem justificativa suficiente;

II – cometido atos ilícitos tendentes a falhar ou fraudar procedimentos licitatórios e contratos celebrados pela empresa pública e sociedade de economia mista, tais como: não celebrar o contrato quando convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta ou cometer fraude fiscal.

§ 4º A sanção estabelecida no inciso IV do *caput* é de competência exclusiva da diretoria executiva da empresa pública ou da sociedade de economia mista, conforme o caso, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

Art. 83. As sanções previstas nos incisos III e IV do art. 82 poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por esta Lei:

I – tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II – tenham praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;

III – demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a empresa pública ou a sociedade de economia mista em virtude de atos ilícitos praticados.

CAPÍTULO III DA FISCALIZAÇÃO PELO ESTADO E SOCIEDADE



SF/15311.08741-00



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

Art. 84. Os órgãos de controle externo e interno das três esferas de governo fiscalizarão as empresas públicas e sociedades de economia mista a elas relacionadas, inclusive aquelas domiciliadas no exterior, quanto à legitimidade, economicidade e eficácia da aplicação de seus recursos, sob o ponto de vista contábil, financeiro, operacional e patrimonial.

§ 1º Para a realização da atividade fiscalizatória disposta no *caput*, os órgãos de controle deverão ter acesso irrestrito aos documentos ou às informações necessários à realização dos trabalhos, inclusive aqueles com classificação sigilosa atribuída pela empresa pública ou sociedade de economia mista, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

§ 2º O grau de confidencialidade será atribuído pelas empresas públicas e sociedades de economia mista no ato de entrega dos documentos e informações solicitadas, tornando o órgão de controle com o qual foi compartilhada a informação sigilosa corresponsável pela manutenção do seu sigilo.

§ 3º Os atos de fiscalização e controle dispostos neste capítulo aplicar-se-ão, também, às empresas públicas e sociedades de economia mista de caráter e constituição transnacional no que se refere aos atos de gestão e aplicação do capital nacional, independente de estarem incluídos, ou não, em seus respectivos atos e acordos constitutivos.

Art. 85. As informações das empresas públicas e sociedades de economia mista relativas a licitações e contratos, inclusive aquelas referentes a bases de preços, constarão de bancos de dados eletrônico atualizados e com acesso em tempo real aos órgãos de controle.

§ 1º As demonstrações contábeis auditadas das empresas públicas e sociedades de economia mista serão disponibilizadas no sítio eletrônico da empresa na rede mundial de computadores, inclusive em formato eletrônico editável.

§ 2º As atas e demais expedientes oriundos de reuniões ordinárias, ou extraordinárias, dos conselhos de administração ou fiscal das empresas públicas e das sociedades de economia mista, inclusive gravações e filmagens,



SF/15311.08741-00



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

quando houver, deverão ser disponibilizados aos órgãos de controle sempre que solicitados, no âmbito dos trabalhos de auditoria.

§ 3º O acesso dos órgãos de controle às informações referidas no *caput* e no § 2º será restrito e individualizado.

§ 4º As informações que sejam revestidas de sigilo bancário, estratégico, comercial ou industrial serão assim identificadas, respondendo o servidor administrativa, civil e penalmente pelos danos causados à empresa pública e às sociedades de economia mista e seus acionistas em razão de eventual divulgação indevida.

§ 5º Os critérios para a definição do que deve ser considerado sigilo estratégico, comercial ou industrial serão estabelecidos em regulamento.

Art. 86. O controle das despesas decorrentes dos contratos e demais instrumentos regidos por esta Lei será feito pelos órgãos do sistema de controle interno e pelo Tribunal de Contas competente, na forma da legislação pertinente, ficando as empresas públicas e sociedades de economia mista responsáveis pela demonstração da legalidade e regularidade da despesa e execução, nos termos da Constituição.

§ 1º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a ocorrência do certame, devendo a entidade julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 2º.

§ 2º Qualquer licitante, contratado ou pessoa física ou jurídica poderá representar ao Tribunal de Contas ou aos órgãos integrantes do sistema de controle interno contra irregularidades na aplicação desta Lei, para os fins do disposto neste artigo.

§ 3º Os Tribunais de Contas e os órgãos integrantes do sistema de controle interno poderão solicitar para exame, a qualquer tempo, documentos de natureza contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional das empresas estatais e de suas subsidiárias no Brasil e no exterior, obrigando-se, os



SF/15311.08741-00



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

jurisdicionados, à adoção de medidas corretivas pertinentes que, em função desse exame, lhes forem determinadas.

Art. 87. As empresas públicas e sociedades de economia mista deverão disponibilizar para conhecimento público e por meio eletrônico, informação mensalmente atualizada sobre a execução de seus contratos e de seu orçamento, admitindo-se retardo de até dois meses na divulgação das informações.

§ 1º A disponibilização de informações contratuais referentes a operações de perfil estratégico ou que tenham por objeto segredo industrial, receberá proteção mínima necessária para lhes garantir confidencialidade.

§ 2º O disposto no § 1º não será oponível à fiscalização dos órgãos de controle interno, nem do Tribunal de Contas, sem prejuízo da responsabilização administrativa, civil e penal do servidor que der causa à sua eventual divulgação.

Art. 88. O exercício da supervisão por vinculação das empresas públicas e sociedades de economia mista, pelo órgão a que se vincula, não pode ensejar a redução ou a supressão da autonomia conferida pela lei específica da entidade supervisionada, ou inerente a sua natureza, nem autoriza a ingerência do supervisor em sua administração e funcionamento, devendo a supervisão ser exercida nos limites da legislação aplicável.

Art. 89. As ações e deliberações dos órgãos e entes de controle não pode implicar interferência na gestão das empresas públicas e sociedades de economia mista a ele submetidas nem ingerência no exercício de suas competências ou na definição de políticas públicas.

TÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 90. As empresas públicas e as sociedades de economia mista constituídas anteriormente à vigência desta Lei deverão, no prazo de 12 (doze) meses, promover as adaptações necessárias à adequação ao disposto nesta Lei.



SF/15311.08741-00



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

§ 1º As empresas públicas não constituídas como sociedades anônimas e que não promoverem a adaptação de seus atos constitutivos no prazo previsto no *caput* passam a ser automaticamente consideradas companhias fechadas e submetidas à legislação própria dessas sociedades, devendo o Registro Público de Empresas promover a inclusão da expressão “Sociedade Anônima” ao final de seu nome empresarial.

§ 2º As sociedades de economia mista que tiverem capital fechado na data de entrada em vigor desta Lei, poderão, observado o prazo estabelecido no *caput*, ser transformadas em empresas públicas, mediante resgate pela empresa da totalidade das ações de titularidade de acionistas privados, com base no valor de patrimônio líquido constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral.

§ 3º A sociedade de economia mista constituída até a data da entrada em vigor desta Lei, terá o prazo de 5 (cinco) anos, a contar da mesma data da entrada em vigor desta Lei, para manter pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) de suas ações em circulação no mercado.

§ 4º Permanecem regidos pela legislação anterior procedimentos licitatórios e contratos iniciados ou celebrados até o final do prazo previsto no *caput*.

Art. 91. O Registro Público de Empresas manterá banco de dados público e gratuito, disponível na rede mundial de computadores, contendo a relação de todas as empresas públicas e sociedades de economia mista.

Parágrafo único. Fica a União proibida de realizar transferências voluntárias de recursos a Estados, Distrito Federal e Municípios que não fornecerem ao Registro Público de Empresas as informações relativas às empresas públicas e sociedades de economia mista a eles vinculadas.

Art. 92. As despesas com publicidade e patrocínio da empresa pública e sociedade de economia mista não ultrapassarão, em cada exercício, o limite de 0,5% (cinco décimos por cento) da receita bruta do exercício anterior.



SF/15311.08741-00



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

Parágrafo único. É vedado à empresa pública e à sociedade de economia mista realizar, em ano de eleição para cargos do ente federativo a que seja vinculada, despesas com publicidade e patrocínio que excedam a média dos gastos nos três últimos anos que antecedem o pleito ou do último ano imediatamente anterior à eleição.

Art. 93. Aplicam-se às empresas públicas e sociedades de economia mista, e às suas subsidiárias, as sanções previstas na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, salvo as previstas nos incisos II, III e IV do art. 19 da referida lei.

Art. 94. A Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, passa a vigorar com as seguintes alterações, renomeando-se como § 1º o atual parágrafo único do art. 80:

“**Art. 80.**

.....
§ 2º O disposto no inciso I do *caput* não se aplica às empresas públicas, nos termos de lei específica.”(NR)

“**Art. 206.**

I –

.....
d) pela existência de 1 (um) único acionista, verificada em assembleia geral ordinária, se o mínimo de 2 (dois) não for reconstituído até à do ano seguinte, ressalvadas as empresas públicas e o disposto no art. 251;

.....” (NR)

Art. 95. Fica a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás) autorizada a emitir ações preferenciais sem direito a voto em substituição a obrigações contraídas anteriormente à publicação desta Lei, na forma definida em lei específica.



SF/15311.08741-00



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

Art. 96. A estratégia de longo prazo prevista no art. 22, deverá ser aprovada em até 180 (cento e oitenta) dias da data de publicação da presente Lei.

Art. 97. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 98. Ficam revogados:

I – o § 2º do art. 15 da Lei nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961, com a redação dada pelo art. 19 da Lei nº 11.943, de 28 de maio de 2009; e

II – os arts. 67 e 68 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.

Sala das Sessões,

, Presidente

, Relator



O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Presidente Renan, eu queria agradecer a V. Ex^a por ter colocado o projeto em votação, na medida em que ele – eu acho – é a resposta que a sociedade brasileira precisa que seja dada a esses desmandos, principalmente os da Petrobras, da Nuclebrás, da Eletrobras, que tanto mal fizeram aos valores deste País.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Concedo a palavra ao Senador Otto e ao Senador Ferraço, que querem um aparte.

O Sr. Otto Alencar (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Tasso, eu participei de algumas reuniões da Comissão Mista, com V. Ex^a e com o Deputado Arthur Maia. Esse projeto foi discutido e rediscutido, inclusive V. Ex^a ouviu os órgãos do Governo, e vários ministérios mandaram técnicos para se manifestar. Ainda hoje conversamos ali, na antessala, sobre esse projeto, e V. Ex^a acolheu agora, de última hora, como emenda de Relator, três encaminhamentos feitos pelo Ministério do Planejamento. Enfim, esse é um projeto que eu considero adequado para o momento, e eu quero concordar com a declaração última de V. Ex^a, sobre esse projeto de fiscalizar, pois ele vai dar uma fiscalização maior às estatais, para coibir o que aconteceu nos últimos anos aqui no Brasil, nas estatais, com os desmandos grandes que, de alguma forma, deslustraram a imagem da principal estatal do Brasil, que é a Petrobras. Portanto, não há como dizer que esta não é a letra de lei adequada para este momento. É sim. A Lei de Responsabilidade Fiscal das Estatais é muito adequada para este momento. Eu quero parabenizar o equilíbrio que V. Ex^a teve na condução e na relatoria deste projeto. Parabéns, Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Otto, não só pelas palavras, mas pelo apoio importantíssimo que V. Ex^a tem me dado, desde a Comissão Mista até o momento em que nós estamos vivendo, tendo uma colaboração fundamental neste projeto. Eu lhe agradeço muito.

Senador Ferraço.

O Sr. Ricardo Ferraço (PMDB - ES) – Sr. Presidente, o Senador Tasso Jereissati traz esse assunto ao debate, quero crer, de maneira muito madura, muito equilibrada. Destaco também a forma republicana com que S. Ex^a conduziu todos esses trabalhos, com muitas audiências públicas. E S. Ex^a não conduziu esse trabalho com visão de oposição ou de governo. Não. Conduziu esse trabalho incorporando a visão necessária, trazendo para as estatais brasileiras as melhores práticas, as práticas que foram testadas e que estão produzindo resultados, sobretudo para os acionistas, reforçando a posição e o papel do mérito da política de resultados e abrindo o ambiente, criando as condições para que nós possamos remover alguns entulhos da prática cultural brasileira, ou seja, somos um dos poucos países em que o acionista proprietário de ações preferenciais tem remuneração diferente do proprietário de ações ordinárias. Portanto, há um conjunto de incorporações que, no tempo, de maneira transitória, porque isso impacta... E V. Ex^a conduziu isso na relação com o Governo Federal, tanto que este é um projeto que recebe também o apoio do Governo Federal. Então, nós estamos diante de uma proposta, Sr. Presidente, que bota fim a uma impressão que o cidadão brasileiro tem de que, por ser estatal, não há dono; de que, por ser estatal, como se diz popularmente – vamos aqui ser francos –, virou casa de mãe joana, em função dos escândalos que estão se acumulando e da ausência de marco legal que possa trazer a governança do novo mercado para as nossas estatais, que passarão a ter regra, disciplina, procedimento e foco nos resultados. De modo que o texto que V. Ex^a traz para o Senado é, antes de tudo, Sr. Presidente, uma oportunidade para que nós possamos virar a página das velhas práticas que não estão compatíveis com o interesse do Estado nacional. Cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Ferraço. V. Ex^a sabe do respeito que tenho por V. Ex^a.

Querida agradecer o seu apoio e as suas palavras, que são muito importantes para este projeto.

O Sr. Antonio Anastasia (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Senador Tasso, permite-me um aparte?

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Primeiro, o Senador Anastasia; em seguida, o Senador Flexa; em seguida, o Senador Aécio.

O Sr. Antonio Anastasia (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Muito obrigado, eminente Senador Tasso Jereissati. Eu queria, em primeiro lugar, cumprimentar V. Ex^a pelo trabalho, eu diria, heroico realizado sobre um tema tão delicado como esse. Tema até da minha predileção pessoal, em razão do exercício do magistério que tenho em relação ao Direito Administrativo e às empresas estatais. Digo que V. Ex^a realizou um trabalho heroico, porque, de fato, a disciplina geral sobre as empresas estatais, quer empresas públicas, quer sociedade de economia mista, vem desafiando, há muitas décadas, o legislador, o doutrinador e o estudioso do Direito Administrativo no Brasil. A Constituição Federal trouxe uma moldura inicial, mas, desde então, há mais de 25 anos, reclama-se no Brasil um detalhamento melhor, tendo em vista reiteradas decisões não só pretorianas, mas também do Tribunal de Contas da União. V. Ex^a ataca igualmente um problema, hoje, muito delicado que tem sido uma preocupação imensa, especialmente em nosso Partido, o PSDB, que é a boa gestão pública. V. Ex^a

coloca em seu projeto cânones da boa governança nas empresas estatais, como bem mencionava, há pouco, pelo Senador Ricardo Ferraço, afastando aquela natureza patrimonialista, que, lamentavelmente, ainda hoje prevalece em alguns segmentos da nossa Administração. Eu queria sempre relembrar, eminente Senador Tasso Jereissati, que o estatuto jurídico das empresas estatais no Brasil é como – se me permite o símbolo – um sorvete de flocos, porque, na realidade, tem por base a parte de creme, que é comum ao direito privado, mas ele é granizado com chocolate, que é o regime de direito público. É, pois, o regime misto. E foi exatamente dentro dessa necessidade de se sopesarem o que é o preceito de direito público e o preceito de direito privado que V. Ex^a conduziu o seu projeto. Evidentemente, por se tratar de uma matéria doutrinária, ela tem as suas polêmicas. Em alguns pontos, temos observações. Fiz emendas que V. Ex^a acatou algumas e, parcialmente, outras, mas eu quero me referir, portanto, ao ponto positivo que é haver, agora, no Brasil, um estatuto jurídico com essa grandeza. Faço votos da sua aprovação para que, de fato, nós possamos ter um novo texto a discutir um assunto tão delicado como este, que, na parte prática, acaba permitindo, nos dias de hoje, lamentavelmente, episódios tão tristes como aqueles relatados, inclusive, há pouco, pelo eminente Senador Otto Alencar. Parabéns ao Senador Tasso Jereissati e a todos que com ele colaboraram.

O Sr. José Serra (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Senador Tasso, permita-me?

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Serão o Senador Flexa e o Senador Aécio; em seguida, V. Ex^a.

Senador Anastasia, eu queria agradecer as suas palavras. Houve contribuições importantíssimas. E V. Ex^a, com sua profunda competência e conhecimento do direito constitucional, me deu algumas lições e colocou algumas dúvidas aqui que nós respeitamos. Tenho certeza de que, no encaminhamento desse projeto, na discussão, essas dúvidas poderão ser corrigidas adequadamente, se persistirem.

Senador Flexa.

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Senador Tasso Jereissati, eu acho que o Brasil vive, neste instante, um momento especial, e o Senado Federal, uma responsabilidade junto à população brasileira de aprovar este projeto que teve origem na Comissão Especial de Desenvolvimento Nacional e que foi tão bem relatado por V. Ex^a.

(Soa a campanha.)

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Lamento que, no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, quando aprovamos a Lei de Responsabilidade Fiscal, não tenhamos feito também isto que V. Ex^a está propondo agora, uma Lei de Responsabilidade Fiscal para as estatais. Nada do que está se vendo acontecer, lamentavelmente, neste País, ao longo desses 13 anos, teria acontecido, porque, pelo relatório de V. Ex^a, as empresas terão que ter uma avaliação. Não só o conselho de administração das empresas estatais terá que avaliar a si próprio, mas também a diretoria. E, para que seja membro, tem que ter competência, vai ter que passar por um processo seletivo e não como hoje é feito, quando basta ser secretário-geral de algum...

(Interrupção do som.)

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco Oposição/PSDB - PA) – ... sindicato para que possa assumir cargos da mais alta responsabilidade na Nação brasileira. Eu quero parabenizar V. Ex^a. Eu tenho certeza absoluta de que o Senado vai aprovar o projeto e espero que seja por unanimidade. Não podemos ser contra algo que vem ao encontro daquilo que a população brasileira busca, que é fazer análise de gestão. As estatais, pelo seu relatório, terão que ter planejamento, terão que ter acompanhamento, para que possam ter, efetivamente, o resultado que todos os brasileiros esperam e não aquilo que acontece. Parabéns pelo relatório de V. Ex^a, que é uma peça que ficará registrada nos *Anais do Senado Federal* e da história do Brasil. Vamos aprovar a Lei de Responsabilidade Fiscal para as estatais.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Flexa, sempre muito entusiasmado com os pontos que nós defendemos e pelos quais lutamos em nosso Partido, conjuntamente. Realmente, é bastante estimulador ouvir de V. Ex^a essas palavras.

Senador Aécio Neves, meu Presidente.

O Sr. Aécio Neves (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Senador Tasso Jereissati, eu tenho certeza de que não apenas o seu Partido, que tenho a honra de presidir, mas o Brasil inteiro aplaude e aplaude efusivamente o trabalho concluído hoje por V. Ex^a, um denso trabalho, com mais de 90 artigos, que permite aos brasileiros, quem sabe, voltarem a ter expectativa ou mesmo esperança de que as empresas estatais do nosso País venham a ser administradas com planejamento, com eficiência e com transparência. Nesse triste período de governança petista no Brasil, nada ficou tão escancarado aos olhos da população brasileira que o descalabro com que as nossas empresas vinham sendo administradas, numa perversa concorrência entre a ilegalidade, que gerava

corrupção, por um lado, e a simples incompetência, por outro lado, em razão, em boa parte, da desqualificação e do pouco preparo de inúmeros dos dirigentes dessas empresas. V. Exª fez um trabalho que recebeu contribuições extraordinárias, por iniciativa, inclusive, do Presidente da Casa, Senador Renan Calheiros, e de outros projetos que V. Exª, com muita competência, soube incorporar ao seu próprio projeto. Eu me orgulho de ver aqui muitas propostas do meu Projeto de Lei nº 343, também incorporadas por V. Exª, exatamente porque vinham na mesma direção, no mesmo sentido que V. Exª...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Eu queria apenas adicionar que, principalmente na parte de governança, boa parte – 90% – do seu projeto foi incorporada a esse projeto.

O Sr. Aécio Neves (Bloco Oposição/PSDB - MG) – E eu quero aqui – e me permita V. Exª – dizer que a inspiração para as propostas que lhe trouxe veio do nosso programa de governo, de uma equipe extremamente qualificada, coordenada pelo ex-Presidente do Banco Central Armínio Fraga e por vários outros colaboradores. Nós já tínhamos em mente essa como uma questão absolutamente urgente e essencial para virarmos a página do Brasil arcaico, do corporativismo, do compadrio, com o qual as nossas empresas vinham sendo – e são ainda hoje – administradas, para um País novo onde a meritocracia, a eficiência e a transparência prevalecessem. V. Exª lava a alma de muitos que, como eu, acreditaram que seria possível isto – e pelo menos em parte hoje passa a ser –: através do projeto de V. Exª, nós temos as nossas empresas estatais sendo administradas em busca do atendimento ao interesse público e não aos interesses de corporações, partidários e de grupelhos políticos. Ressalto aqui algo – que me chamou muito a atenção, porque é absolutamente convergente com aquilo que propúnhamos –que é uma inovação extraordinária: a presença agora, nos conselhos de administração das estatais, de uma presença mínima de 20% de membros independentes. Isso vai gerar uma melhoria na qualificação e, obviamente, nos resultados dessas empresas, já que esses integrantes serão impedidos de manter relações sindicais, partidárias, corporativas e até mesmo familiares com os dirigentes da empresa. Isso vai ser, a meu ver, uma faixa oxigenada nesses conselhos, um gesto de coragem de V. Exª, porque rompe com uma tradição quase que secular na composição desses conselhos, que nada mais são, em muitos casos, do que uma extensão da remuneração salarial ou uma extensão da composição política do governo de plantão. Portanto, Senador Tasso Jereissati, V. Exª merece hoje o nosso reconhecimento. Eu me sinto homenageado pelo relatório de V. Exª e tenho certeza de que, quando aprovado pelo Congresso Nacional, portanto, também pelo Câmara dos Deputados, em fase final, isso significará o início de uma nova e virtuosa etapa na gestão das empresas públicas e das empresas estatais do País. Cumprimento, com muita sinceridade, com muita profundidade, um dos mais belos trabalhos feitos pelo Senado Federal nesses últimos anos.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Aécio Neves.

O Sr. Eunício Oliveira (PMDB - CE) – Senador Tasso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Saiba que esse projeto é nosso, não é um projeto meu, já que V. Exª tem uma parte fundamental na construção desse projeto.

O Sr. Eunício Oliveira (PMDB - CE) – Senador Tasso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – É que há outros que pediram: Senador José Serra, Senador Agripino, Senador Capiberibe.

O Sr. Cássio Cunha Lima (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Senador Tasso.

O Sr. José Serra (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente, meu caro Relator, Senador Tasso Jereissati, junto com o apoio ao relatório de V. Exª, eu quero também lembrar alguns aspectos do projeto, muito sumariamente. Há muitas coisas que poderiam ser sublinhadas, mas vou me restringir a quatro delas. Em primeiro lugar, mais amplamente, o projeto cria um marco legal capaz de proteger as empresas de utilização política da pior espécie e de proteger em relação à sua saúde econômica. Essa é a intenção básica do projeto, que eu acredito que V. Exª conseguiu traduzir em termos de um projeto de lei. Segundo, o projeto prevê regras de governança corporativa para essas sociedades, ou seja, um modelo de organização da sua estrutura de comando e de controle dessa mesma estrutura. O padrão utilizado é o do bem-sucedido novo mercado da BM&FBovespa. Um outro aspecto que eu gostaria de sublinhar é a maior agilidade gerencial no que diz respeito a compras e licitações. Ficará dispensada a empresa no caso de obras e serviços de engenharia de valor de até R\$100 mil; para as compras de bens o limite da dispensa será de R\$50 mil. Só quero lembrar que, hoje em dia, o teto é de R\$15 mil – qualquer despesa acima de R\$15 mil tem que ter licitação, o que é um absurdo – e, no caso das compras, não pode passar de R\$8 mil. V. Exª promoveu aqui a atualização nessa matéria, o que não era feito desde os anos 90, com um engessamento que, evidentemente, é extremamente nocivo. Outro aspecto é que o projeto veda a faculdade de que hoje gozam algumas empresas de conduzirem suas licitações por normas definidas em decreto. Na verdade, teremos necessidade de normas gerais a respeito desse grau de liberdade que as empresas poderão ter. Não preciso mencionar a importância que essa lacuna ou que essa facilidade teve no Brasil para a degradação de empresas como a Petrobras. Finalmente, eu quero ressaltar o dispositivo que

passa a exigir que os membros do conselho de administração e das diretorias de empresas públicas e estatais tenham, pelo menos, três anos de experiência em cargo de direção ou chefia superior em empresas do mesmo porte ou de objeto social semelhante ao da respectiva empresa pública ou sociedade de economia mista. Isso trará um avanço imenso do ponto de vista da qualidade da administração nessas empresas.

(Soa a campanha.)

O Sr. José Serra (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Isso torna mais difícil o preenchimento? Torna, mas é uma dificuldade benigna, nesse caso.

O Sr. Aloysio Nunes Ferreira (Bloco Oposição/PSDB - SP) – E a certificação.

O Sr. José Serra (Bloco Oposição/PSDB - SP) – E a certificação, que está implícita nessa proposta. Esse dispositivo, por si só, impedirá ou dificultará muito a disseminação do patrimonialismo, do partidarismo e que a incompetência domine as nossas empresas públicas e estatais. Dou apenas esses exemplos. Eu muito poderia falar, mas fiz questão aqui de sublinhar aspectos que certamente merecerão atenção pública, em seguida à aprovação desse projeto. Meus parabéns. Conte com meu apoio bastante decidido nessa matéria. É um avanço a que aquela comissão permitiu que se chegasse até agora e que, se Deus quiser, se traduzirá em lei no Brasil.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Senador José...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Sem interromper o Senador Tasso Jereissati e o debate, evidentemente, eu queria só lembrar aos Senadores que nós vamos ter, pelo menos, mais cinco votações nominais. Portanto, não se ausentem. São matérias, como esta, que exigem quórum qualificado, e nós precisamos votar. Por isso, o Senador Humberto está nos fazendo um apelo aqui para que possamos abreviar um pouco o debate.

Com a palavra, o Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Senador Serra, sua reconhecida competência e seu conhecimento, com aprofundamento em todas as áreas, principalmente da economia brasileira, contribuirão também, de uma maneira muito importante, para esse projeto.

Por isso, falo que, se nós tivemos algum mérito, foi conseguir articular essa série de bases e contribuições expressivas, como as que V. Exª fez a esse projeto. Então, sinta-se parte importante desse projeto também. Muito obrigado.

Senador Eunício.

O Sr. Eunício Oliveira (PMDB - CE) – Senador Tasso, primeiro, quero parabenizá-lo por essa importante matéria que vem da Agenda Brasil, criada pelo Congresso Nacional – e aqui rendo uma homenagem ao Presidente desta Casa e a todos os seus membros –, relatada tão bem por V. Exª. Esse projeto talvez relembre aqui uma matéria extremamente importante...

(Interrupção do som.)

O Sr. Eunício Oliveira (PMDB - CE) – ... que foi aprovada no passado, a Lei de Responsabilidade Fiscal, que fez um marco regulatório e deu responsabilidade aos gestores públicos do Brasil. E V. Exª, obviamente, contribuiu naquele momento importante da vida política brasileira, tanto que V. Exª marcou a sua história no meu Estado como o Governador da decência, da correspondência à moralidade pública e ao bom relacionamento com a gestão pública. V. Exª vem aqui hoje e traz uma matéria da maior importância, exatamente na questão das estatais, da responsabilidade das estatais, empresas importantes do Brasil. Talvez, se já existisse a Lei de Responsabilidade das Estatais, nós não estaríamos presenciando o que hoje vemos no Brasil. Portanto, quero, neste final de noite, já bastante tarde da noite – no dia em que teremos a comemoração na casa do Senador Renan Calheiros para todos os Senadores –, homenagear V. Exª pelo belíssimo trabalho realizado aqui. Eu estava analisando o resumo da quantidade de emendas que foram apresentadas. Imagino o trabalho que teve V. Exª para chegar até aqui. Acredito eu que essa matéria fecha, com chave de ouro – embora ainda tenhamos outras matérias a serem votadas – este ano legislativo do Congresso Nacional. Minhas homenagens a V. Exª e parabéns! O Brasil inteiro está presenciando mais uma ação firme, decente, correta, competente por parte de V. Exª com esse relatório. Portanto, minhas homenagens, em nome do PMDB, e o meu voto antecipado. O encaminhamento do meu Partido é “sim”, prestando uma grande homenagem a V. Exª e a esta Casa pela iniciativa de ter criado a Agenda Brasil, para dar oportunidade aos brasileiros, do ponto de vista moral, do ponto de vista ético e do ponto de vista econômico.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Eunício, pela importância que V. Exª tem nesta Casa, pela importância que V. Exª tem no meu Estado, no nosso Estado, no Ceará. A sua atuação é absolutamente relevante, tanto aqui no Senado quanto no Ceará.

O seu apoio e a sua aprovação a esse projeto têm um especial significado, e nós respeitamos e agradecemos muito.

Muito obrigado, Senador.

O SR. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Senador Tasso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Senador Capiberibe.

O Sr. João Capiberibe (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Senador Tasso Jereissati, eu gostaria de manifestar aqui o nosso reconhecimento pelo brilhante trabalho, pela dedicação e pela proposta abrangente. É uma lei de responsabilidade que avança na área econômica e na sustentabilidade ambiental. V. Exª incorporou dispositivos importantes que obrigam as empresas estatais a respeitarem o ambiente em que elas estão investindo. É uma das questões que me preocupa muito e que acho deve fazer parte permanentemente da nossa agenda. Nós acabamos de concluir a COP 21, com um resultado fantástico que nos anima, que vai mudar o eixo da economia do mundo, e V. Exª nos apresenta agora uma proposta que merece a nossa atenção, o nosso reconhecimento, e, também, evidentemente, o voto da nossa Bancada, com uma exceção. Eu repito que as estatais precisavam dessas medidas que V. Exª está nos propondo e que buscou a contribuição de vários Senadores aqui para chegar a esse documento, a essa proposta final. Certamente, será aprovada por esta Casa e será uma grande contribuição, principalmente no momento em que a sociedade brasileira está vivendo um estado de desconfiança geral, e V. Exª foca numa questão fundamental, a transparência, que é o que falta ao Estado brasileiro, que estava faltando e que a democracia nos deu a oportunidade de concretizar. Nós temos avançado muito. O Brasil tem dado saltos importantes na transparência das suas ações públicas, na transparência dos gastos públicos, das receitas públicas, e V. Exª agora contempla a transparência na gestão das empresas estatais. Isso é fundamental para o País, para que a gente possa se aproximar, para que a gente possa reconstruir as pontes entre a sociedade e a gestão pública brasileira. Eu gostaria de parabenizá-lo, em meu nome e em nome da minha Bancada, pelo trabalho e pela dedicação que V. Exª teve com esse projeto. Muito obrigado.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Capiberibe. V. Exª é um homem de grande credibilidade nesta Casa e fora desta Casa, tem uma vida muito dedicada à questão ambiental e percebeu a importância que nós damos à atuação empresarial de uma maneira geral e, especificamente aqui no caso das estatais, à questão ambiental.

Muito obrigado por suas palavras.

Senador Agripino.

O Sr. José Agripino (Bloco Oposição/DEM - RN) – Senador Tasso, vou procurar ser bastante breve, mas queria só relembrar a V. Exª uma coisa. Há uns meses, mais de um ano, o Senador Luiz Henrique – nosso companheiro que Deus já levou – foi Relator de uma matéria de minha autoria, acho que era das *startups* ou das empresas juniores. Ele apresentou um parecer favorável e disse: “Um projeto como esse vale um mandato.” Fiquei todo orgulhoso. Quero aqui repetir o que Luiz Henrique disse a mim há um ano e pouco: “Um projeto como esse vale um mandato.” Então, V. Exª pode se orgulhar e bater no peito porque realizou um trabalho de fôlego que poucas pessoas seriam capazes de fazer. V. Exª foi Governador de Estado e é empresário vitorioso, conhece os dois lados. Então, V. Exª pôde compilar um projeto de sua iniciativa, de Aécio Neves, e projetos da Câmara e do Senado, dos Presidentes da Câmara e do Senado, reunindo-os com bom senso, com equilíbrio e com conhecimento de causa, para disciplinar – do ponto de vista da Lei de Responsabilidade Fiscal – o funcionamento de estatais. Sublinhei aqui, de forma muito clara, para aqueles que estão nos vendo pela TV Senado entenderem qual é o objetivo. Esse projeto dispõe sobre o Estatuto Jurídico, o regime societário e a função social da empresa pública e da sociedade de economia mista, inclusive as que exploram atividade econômica em sentido estrito, as que prestam serviços públicos e as que exploram atividade econômica sujeita ao regime de monopólio da União. O projeto pretende obrigar as empresas estatais a seguirem regras de governança e controle proporcionais à relevância e ao risco do negócio – por exemplo, a Petrobras, a Eletrobras. Risco proporcional ao serviço que prestam. Qual é o serviço que presta a Eletrobras? É a energia que entra na casa de todo o mundo. E a Petrobras? É a que produz o combustível que todo o mundo que tem veículo e que trabalha com veículo usa para sobreviver. Então, V. Exª está, com essa Lei de Responsabilidade das Estatais, entregando à sociedade brasileira um elemento disciplinador das empresas estatais, que são patrimônio do povo brasileiro, muitas muito mal usadas e que, com essa lei aprovada e sancionada, vão passar a ter um comportamento diferente. Por isso é que eu digo: um projeto de lei como esse vale um mandato. Parabéns, Senador Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Agripino. V. Exª é um dos Senadores de maior experiência, foi Governador várias vezes.

O Sr. Cássio Cunha Lima (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Senador Tasso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Eu gostaria de lhe dizer que, pelo respeito e admiração que tenho por V. Exª e pelo seu trabalho, essas suas palavras dão uma força e um estímulo muito

grande a um trabalho, que, como V. Exª sabe, foi muito difícil e muito cansativo. Eu agradeço a sua força, pelo que V. Exª representa para mim.

Senador Cássio Cunha Lima, por favor.

O Sr. Cássio Cunha Lima (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Senador Tasso Jereissati, eu também serei muito breve e me dispensarei de entrar no mérito da qualidade do trabalho desenvolvido por V. Exª. Mas a qualidade desse trabalho se converte também em uma verdadeira sessão de homenagem à trajetória construída por V. Exª ao longo de todos esses anos. Esse trabalho que vem sendo feito na relatoria da matéria, com qualidade e dedicação, faz com que o Senado da República, neste instante, não apenas adentre no mérito do trabalho realizado por V. Exª. Mas, com muita justiça, aproveito o ensejo para prestar-lhe essa homenagem. Todas as correntes políticas, todos os partidos, mesmo aqueles que eventualmente possam ter algum reparo de mérito em um ponto aqui ou acolá do projeto relatado por V. Exª, curvam-se, neste instante, a essa trajetória que V. Exª construiu e que se revela, neste momento de rara felicidade, para que todos nós possamos aplaudi-lo por todo esse trabalho realizado ao longo de sua trajetória de homem público. Parabéns por tudo.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Cássio, meu Líder brilhante.

Está na hora da festa. O Senador está reclamando aqui que está na hora da festa.

Eu queria dizer que um dos Senadores contribuiu muito para esse projeto, fez o substitutivo, e nós incorporamos muito do substitutivo dele a esse projeto. Ele propõe, neste momento, uma emenda que diz o seguinte:

Requeremos, nos termos regimentais, destaques dos §§1º e 2º do art. 4º do Projeto de Lei nº 555, assim redigidos:

Art. 4º [...]

§ 1º O capital social da sociedade de economia mista, cuja criação tenha sido autorizada por lei publicada após a entrada em vigor, será composto por leis ordinárias.

(Soa a campanha.)

Senador Walter Pinheiro, isso aqui está...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Não, mas isso aqui está contido no projeto.

O Sr. Walter Pinheiro (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Eu sei, mas é isso. Eu estou propondo, com a saída disso, mantermos a política tanto de ordinárias quanto de preferenciais. Eu até disse ao Líder Eunício aqui. Eu fiz emenda. Na realidade eu fiz uma proposta, busquei dialogar, busquei contribuir com o projeto que V. Exª relata. Por isso até me dediquei, estudei, fiz uma proposta integral. Eu havia destacado alguns pontos aqui. Eu fiz a opção – para não atrapalhar – por não fazer os destaques aqui em plenário, até para não configurar como uma tática de obstrução, Senador Eunício. De forma nenhuma! E até ainda busquei contribuir, ali no último diálogo, com o pessoal do planejamento. Na realidade, a ideia aqui é que pudéssemos ter a possibilidade, nessas empresas, tanto das ordinárias quanto das preferenciais. Era uma matéria importante que, de certa maneira, se coaduna inclusive com a prática que V. Exª adotou em um contexto de reestruturar essas estatais. Na realidade, nós precisamos que essas estatais também atuem não só como uma S.A., mas, prioritariamente, como agências de fomento, que possam estimular a economia. Isso é diferente da questão do uso, que eu acho que V. Exª, em outra parte, contribui decisivamente. Por isso até que eu tive uma preocupação, Senador Tasso. No caso específico do art. 6º, onde V. Exª trata do chamado papel social dessas empresas, V. Exª cita só no *caput* do artigo, mas eu tive o trabalho, até para evitar a malversação, o uso indevido, Senador Cristovam, dessa chamada função social, eu havia proposto a V. Exª que levasse para o corpo da lei e não deixasse para que isso pudesse ser utilizado *a posteriori*, à boa vontade do gestor no momento em que ele estivesse na estatal. Era, por exemplo, definir essa atividade econômica de produção, comercialização, a questão dos produtos, de que forma há oferta de emprego. Esse foi o maior problema que encontramos nas estatais. Senador Tasso, eu sou oriundo de uma estatal. Eu vim do Sistema Telebras e me orgulho de falar do Sistema Telebras, que, diferentemente até de algumas coisas, talvez tenha sido uma das melhores experiências do ponto de vista de atuação neste País: de avanço tecnológico, de formação de quadros e de conduta. Nós não encontramos, até hoje, nenhum escândalo que pudesse ser apontado do ponto de vista da malversação da direção. Por quê? Porque a prioridade, inclusive naquela estatal, era exatamente essa, para entrar no sistema Telebrás eu fiz concurso. Portanto, antes da Constituição. Eu entrei no sistema Telebrás em julho de 1979, fazendo concurso público. Essa era uma marca importante. Então, essa atuação é uma atuação que eu acho fundamental que a gente crave isto. Por isso que

eu até me dediquei à matéria e apresentei esse conjunto de propostas. Então, eu fiz esta tentativa, eu sei que a matéria vai para a Câmara ainda. Eu vou poder desfrutar isso. Então, eu pediria a V. Exª que, nesse aspecto, pudesse analisar pelo menos esses dois pontos, se não, paciência, vamos em frente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem, Sr. Presidente.

Quero pedir licença ao Relator. V. Exª não vai iniciar os debates, Sr. Presidente?

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Mas é importante, Sr. Presidente, que eu...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Há uma relação de inscritos.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Cadê o Senador Walter Pinheiro?

Eu preciso só dar uma explicação ao Senador Walter Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Walter Pinheiro.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Porque, Sr. Presidente, se V. Exª me permite, o que nós estamos vendo é o Relator na tribuna e os Senadores revezando-se aos microfones falando e discursando a respeito da matéria. Nós temos uma lista de inscritos. A discussão nem se iniciou. V. Exª nem anunciou ainda a discussão da matéria.

Eu estou inscrita, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Está inscrita. É a segunda oradora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Que horas nós vamos começar o debate da matéria?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Nós estamos aguardando que o Relator encerre, conclua o seu parecer, e, em seguida, nós começaremos.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Presidente, eu concluí o meu parecer e estamos ouvindo, agora, as colocações dos diversos... Eu estou colocando na ordem em que as pessoas estão pedindo. Eu queria, Senador Walter Pinheiro...

Senador Walter Pinheiro, por favor, Senador Walter Pinheiro.

Esse artigo, que V. Exª quer, está exatamente como...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Mas este artigo está contido.

O Sr. Walter Pinheiro (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Não, este artigo eu estou pedindo esta redação, esta parte que fixa em um tipo só de ordinária, estou pedindo para retirar esta redação e ficar a outra redação que V. Exª deu.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Qual é a outra redação aqui? Não entendi.

O Sr. Walter Pinheiro (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – É o caso das ações ordinárias. É o art. 26. Estou pedindo para retirar. Cadê a parte que fica? Deixa só eu ler para ele aqui.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Qual é o espírito da questão, Senador Walter Pinheiro? Qual é o espírito da questão para que eu possa entender?

O Sr. Walter Pinheiro (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – O espírito da questão é permitir inclusive o resgate, que tenha tantas ações ordinárias quanto preferenciais, e não só as ações ordinárias.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Então, é o seguinte, Senador Walter Pinheiro, deixa eu colocar para V. Exª com muita clareza.

Essa é uma das partes, a meu ver...

Senador Walter.

O Sr. Waldemir Moka (PMDB - MS) – Estou ouvindo.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Essa é uma das partes, a meu ver, mais importante e moderna deste projeto, ao instituir uma visão que hoje é mundial de todas as empresas em que elas tenham apenas um tipo de ação. A OCDE hoje, em relação a todos os capitais de grandes empresas mundiais, multinacionais, faz expressamente essa recomendação para que se tenha um tipo só de ação. Como existem alguns fatos consumados...

Senadora Vanessa, estou apenas tentando esclarecer ao Senador Walter Pinheiro.

Como existem alguns fatos consumados, como é o caso, por exemplo, da Petrobras, o que nós colocamos? Que poderia causar algum tipo de problema. Nós colocamos que as ações, de uma maneira geral, das novas empresas, seriam apenas ordinárias, seria um tipo só de ação.

Por que isso? Aqui foi colocado por quase todos que o melhor desinfetante é a luz do sol, que é o que dá transparência. A questão das ações preferenciais foi um truque histórico usado pelos detentores do controle das empresas, não apenas estatais, como particulares, a fim de obter capital público dos pequenos acionistas

e deter o controle da companhia. No mundo de hoje não é mais admissível que um acionista tenha direito a voto e outro acionista igual não tenha direito a voto.

O que propusemos, então? Que de agora para diante todas as empresas que venham a ser criadas tenham apenas ações ordinárias, como acontece no mundo inteiro. No mercado americano, europeu, por exemplo, não existe mais a figura da preferencial, nas empresas privadas, estatais, seja lá o que for.

Então, o que estamos propondo? Que no caso das empresas que já estão preferenciais isso fica mantido. As próximas emissões de ações já deverão ser do tipo ordinária.

Não concordamos. Não colocamos, porque não concordamos integralmente com a visão de V. Ex^a, e estou explicando por quê.

Compreendeu, Senador Walter?

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador, um esclarecimento.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Senador.

O Senador tinha pedido anteriormente, Senador Cristovam, o Senador Donizeti.

O Sr. Donizeti Nogueira (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Senador Tasso Jereissati, apresentei 47 emendas, das quais o senhor acolheu 21, total ou parcialmente. Eu havia apresentado 27 destaques das demais emendas que apresentei. Estou retirando 19 dos 27 destaques, para ficarem 8, que podem ser reduzidos para 3. Para mim, a questão do seguro está muito amena. Eu penso que ela precisa ser mais severa no preço. Por exemplo, uma obra de R\$100 milhões precisa ter uma garantia de seguro de pelo menos R\$30 milhões, que é a relação 70 a 30. Então, assim, eu sei... O relatório vem com qualidade, mas eu ainda tenho divergência em alguns pontos. Para contribuir, eu já retirei 19 destaques. Eu tenho, então, 8 destaques para discutir. Penso que, terminado o seu processo e iniciada a discussão aqui, eu posso discutir com você alguns pontos e que, de repente, a gente pode chegar em um acordo. Obrigado.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – O.k. Obrigado, Senador. Senador Cristovam.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador, primeiro eu quero dizer que o Brasil precisa de uma lei como essa, que dê responsabilidade às estatais. O que a gente viu nesses últimos anos foi uma esbórnica com as estatais, um descalabro com estatais, a destruição de algumas estatais. Quando a gente vê a sua ideia, e ela traz grandes vantagens e transparência, mas deixa umas preocupações. Uma é essa da S.A. ou não. E aí, é uma pergunta que eu tenho. Há uma empresa, que existe, foi criada no ano passado ou este ano até, para cuidar dos hospitais universitários. O nome, pelo menos, é de empresa, que, aliás, não está prestando grande serviço, não, pelo visto dos hospitais universitários. A minha pergunta: vai ter que ser sociedade anônima essa empresa que cuida dos hospitais universitários?

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Senador, a visão geral é essa. Por quê? A visão geral, o porquê de sociedade anônima. Há casos específicos, vai haver casos muito específicos que eu acho que vão ter que ser estudados e revistos. No entanto, a modalidade de...

O que nós queremos de novo? O projeto tem um objetivo. Tem vários objetivos, e um deles, o mais importante, é a transparência. A empresa sociedade anônima é muito mais transparente e aberta do que a empresa limitada, por exemplo, ou qualquer outro tipo de coisa.

Não significa, e aqui houve até um mal-entendido, sobre o qual nós conversamos com o Senador Lindbergh, que S.A. significasse privatização, que S.A. significasse abertura no mercado, listado na bolsa. Apenas que ela se sujeitasse às leis da S.A., que obrigam a publicações de balanços, transparências nas demonstrações financeiras, de tanto em tanto tempo publicação em tantos jornais de todas as demonstrações, receitas, despesas, etc., que são feitas. É esse o objetivo. Não tem nada a ver nem significa que isso vá ser empresa que vá para mercado, que seja listada em bolsa, que tenha qualquer tipo de privatização ou até de sócio privado nessa instituição. É esse o objetivo.

A Sr^a Lúcia Vânia (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Senador Tasso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Senadora Lúcia Vânia.

A Sr^a Lúcia Vânia (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Eu vou ser muito breve, mas eu não poderia deixar de expressar aqui o meu sentimento neste momento. Eu não vou entrar no mérito da matéria, porque ela já foi exaustivamente aqui debatida, mas eu não poderia deixar de dizer a V. Ex^a o quanto V. Ex^a orgulha esta Casa.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Muito obrigado.

A Sr^a Lúcia Vânia (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – E num momento como este é muito importante que V. Ex^a esteja nesta tribuna, mostrando um trabalho sério, competente e acima de tudo mostrando que é um Parlamentar, apesar de toda a sua vivência e sua trajetória, um Parlamentar dedicado, aplicado e que cumpre as suas obrigações. Esse projeto Senador Tasso, que é o marco legal das estatais, da nova gestão das estatais, é um presente que V. Ex^a oferece ao nosso País, num momento em que as pessoas estão tão desacre-

ditadas no que acontece aqui nesta Casa. Portanto, receba os meus cumprimentos e, acima de tudo, a minha admiração pela sua competência.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senadora Lúcia. Conheço a sua dedicação, há muitos anos, sua dedicação à causa pública, ao espírito público e agradeço essas palavras que têm valor muito especial por serem suas de quem se trata.

Muito obrigado.

Senador Roberto Rocha.

O Sr. Roberto Rocha (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Senador Tasso, muito brevemente quero cumprimentá-lo, nesta noite em que terminamos aqui o ano legislativo. V. Exª nos brinda com o trabalho deste relatório que produz aí um excelente resultado. E desse resultado eu quero dizer da alegria de ter participado. V. Exª acatou talvez a única emenda que foi integralmente acatada, de nossa autoria. De tal modo que eu quero duplamente demonstrar a minha alegria, a alegria de ter V. Exª como Relator dessa matéria, o Presidente Renan um grande entusiasta exatamente dessa Agenda Brasil. E gostaria de dizer da alegria de ter visto V. Exª acatar nossa Emenda nº 37. Parabéns!

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Roberto Rocha. Realmente sua emenda foi importante, acatada. E V. Exª faz parte desse projeto.

Senadora Vanessa, eu não sei se V. Exª quer falar ainda.

O Sr. Reguffe (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador Tasso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Então, Senador Reguffe.

O Sr. Reguffe (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador Tasso, eu queria primeiro parabenizar V. Exª, já que esse projeto visa a trazer uma transparência maior à gerência das empresas estatais. Quero também parabenizar a vedação para que dirigentes partidários possam ocupar cargos nos conselhos de administração dessas empresas. Acho que é um projeto que o Brasil precisa discutir, até porque hoje há uma partidarização dessas empresas, e muitas vezes o interesse não é o bom serviço ao contribuinte. O interesse é servir a uma máquina partidária. Mas eu tenho um questionamento aqui, uma dúvida, que eu queria que V. Exª esclarecesse. Uma empresa estatal tem um objetivo diferente de uma empresa comercial. A empresa comercial objetiva o lucro. A empresa estatal objetiva desenvolver um trabalho social para a população. Há essa exigência de que 25% das ações vão ter que ser comercializadas em cinco anos na bolsa de valores. O que acontece se, por exemplo, ninguém quiser comprar uma ação? A pessoa vai querer comprar ação se tiver um retorno financeiro, se ela achar que aquilo vai dar um lucro para ela. Se não, ela vai investir o dinheiro dela em outro local, em que ela acha que vai ter um lucro maior. Uma empresa estatal objetiva não o lucro; ela objetiva desenvolver um trabalho social para a comunidade, para a população. O que vai acontecer, por exemplo, se não houver nenhum comprador nesses 25%, já que o objetivo não é necessariamente ter lucro e, sim, desenvolver um trabalho para a população?

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE. Sem revisão do orador.) – Não existe a obrigatoriedade; o que existe é a tentativa de deixar claro quem é quem.

Uma empresa como a Petrobras, por exemplo, tem como finalidade exploração de petróleo, refino de petróleo, distribuição de petróleo e ter lucro com isso, para que possa reinvestir. É esse o objetivo principal dessa empresa. Evidentemente, esse é o coração da empresa. Determinada empresa – isso é importante – muda de classificação se ela não tiver ações flutuando no mercado, porque ela está tendo uma série de características e regulamentos de uma empresa que é como a Petrobras, por exemplo, ou como a Eletrobras, ou como qualquer outra estatal; no entanto, ela tem outra finalidade. Então, ela faz a opção de deixar de ser uma empresa de economia mista para ser uma empresa pública e continua fazendo o seu papel como empresa pública.

O importante é que é preciso definir qual é a empresa pública e qual é a empresa que tem mercado ou ações em mercado, ou seja, na Bolsa de Valores ou não na Bolsa de Valores.

Evidentemente, uma empresa que não visa ao lucro não pode ter ações no mercado, porque, como V. Exª mesmo confirmou, ninguém vai ter interesse em ter essas ações.

Está claro?

O Sr. Reguffe (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Mas todas as empresas vão ter que virar sociedade de economia mista?

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Não, ao contrário.

O Sr. Reguffe (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Não, não vai ter essa obrigatoriedade?

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Se ela não estiver fazendo esse papel de ter ações que estejam com o público, ela deixa de ser empresa de capital misto para ser empresa pública, e continua fazendo o seu papel, sendo com as características firmadas de empresa pública.

O Sr. Reguffe (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Por exemplo, no exemplo colocado pelo Senador Cristovam aqui, da empresa que cuida dos hospitais públicos, que foi constituída, é uma empresa que não tem como objetivo o lucro.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Ela é empresa pública. Ela não tem capital no mercado.

O Sr. Reguffe (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Ou seja, ela não vai precisar colocar ação em Bolsa?

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Claro que não. Até porque não vai haver ninguém que compre. Ela é empresa pública.

O Sr. Reguffe (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – É essa dúvida que...

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. *Fora do microfone.* Sem revisão da oradora.) – Mas não é isso que diz o projeto de lei, Senador. O projeto de lei determina que todas as empresas sejam sociedades anônimas. Nós estamos falando, como o exemplo dado pelo Senador Cristovam, de uma empresa pública de serviços. E o projeto é muito claro: uma empresa de produção ou prestadora de serviços, todas elas terão que ser sociedade anônima.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Senadora, existe uma diferença enorme – eu acho que está havendo uma pequena confusão – entre uma sociedade anônima e uma sociedade de capital aberto, que é outra coisa, e uma sociedade de capital aberto listada em Bolsa, que é... (*Pausa.*)

Senadora, a senhora fala uma coisa e depois fica rindo e brincando. Eu não sei se respondo para a senhora. A senhora entendeu a minha resposta? Eu quero explicar para V. Exª.

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu peço desculpas, não estou rindo nem brincando.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Eu só queria tentar...

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu até estava me socorrendo com um grande empresário, o Senador Eunício, como V. Exª, porque eu não sou. Eu sou mera funcionária pública; então, não conheço. Mas, até onde eu sei, Senador... Então, o senhor nos ensine o que é uma sociedade anônima, se não é uma empresa de capital aberto.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Não, empresa de capital aberto é a empresa que tem, além dos sócios controladores, ações distribuídas pelo mercado para o público em geral.

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O que é uma sociedade anônima, então?

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Sociedade aberta. Se eu fizer... Aqui a senhora falou de um grande empresário; se eu tivesse o privilégio de ter uma sociedade, por exemplo, com o Senador Eunício Oliveira, o que seria um privilégio, e eu não tenho...

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O senhor tem uma sociedade anônima.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Eu tenho uma sociedade anônima.

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Verdade. Então, mais de um proprietário.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Isso.

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Então, o Estado brasileiro não será mais o proprietário sozinho.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Senadora, deixe-me explicar. Não, é uma sociedade anônima.

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sim.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Se a sociedade entre o Senador Eunício e eu, além de ter sócios, que são os chamados donos da empresa, tem ações vendidas no mercado, em que o público compra e tem direito a comprar e a vender, essa é uma sociedade de capital aberto. Há o terceiro nível: se essa empresa, além de ter ações vendidas em público, essas ações são negociadas pela Bolsa e é autorizada pelo conselho e pela CVM, essa é uma sociedade aberta listada em Bolsa.

Sociedade anônima é um tipo de sociedade que se antepôs à sociedade limitada, em que as pessoas não tinham determinadas obrigações. Por exemplo, uma sociedade limitada não tem obrigação de apresentar balanço, não tem obrigação de, de seis em seis meses, ou de ano em ano, publicar em jornais os seus resultados de lucros e perdas, suas demonstrações financeiras, porque ela é fechada e pertence apenas àquele grupo de pessoas, no caso, ou pode ser do público, ou de Estados e Municípios, etc.

A sociedade aberta obedece a outras regras que dão muito mais transparência e por isso que se chama sociedade anônima, não tendo ela nenhuma obrigação. E, aliás, 99% das sociedades anônimas no Brasil não são sociedades abertas. Apenas uma pequena minoria é sociedade aberta.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Mas a dúvida que eu entendi que o Senador Cristovam levantou é a seguinte: essa empresa que cuida dos hospitais é empresa pública, pois o Estado é o único proprietário da empresa, porque o objetivo é contratar pessoas para prestar serviços no hospital. Ela vai ter que ter vários sócios, ela vai ter que ser aberta!

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Não, não precisa ter. Ela pode ter...

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Porque ela não existe mais pela lei.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Eu não sei.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Pela lei, todas as empresas públicas acabam. Inclusive a Caixa Econômica, que hoje é uma empresa pública, vai deixar ser uma empresa pública.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Não, não. Não necessariamente.

O Sr. Aloysio Nunes Ferreira (Bloco Oposição/PSDB - SP) – O art. 94 da lei muda a lei das S.A.s para permitir exatamente esse tipo de sociedade!

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Não há essa necessidade, e, mesmo que queira ter mais de um proprietário, para estabelecer que é uma sociedade, podem ser todas do Governo, como existem várias. Se não me engano, eu não tenho certeza, mas a própria Caixa Econômica.

Por exemplo, eu não sei se essa empresa é do Distrito Federal, mas, se fosse do Distrito Federal – apenas tomando como exemplo –, pode a União ter parte dessa empresa, e o Distrito Federal, como instituição, ter outra parte dessa empresa, enfim, ou a Secretaria de Saúde ter outra parte dessa empresa. Isso pode ser uma sociedade anônima, mas hoje não é necessário isso. Exige-se apenas que se submetam às regras da sociedade anônima. Essa dúvida eu ouvi muito, porque já ouvi até...

O Sr. Reguffe (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador Tasso, só me responda a uma questão, para ficar esclarecido: esse art. 90, §3º, quando fala dos 25%, remete à sociedade de economia mista “constituída até a data da entrada em vigor desta lei”. E ele coloca o prazo de cinco anos. Então, esse prazo de cinco anos seria apenas para empresas públicas que se tornassem sociedades de economia mista, mas nem todas vão ter que se tornar sociedade de economia mista?

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – São os casos de empresas existentes que são de economia mista e que têm ações vendidas no mercado. Se essa empresa não tiver 25% das suas ações no mercado – como seria o caso dessa empresa que cuida dos hospitais –, não tem nenhum sentido ela ser uma empresa de economia mista de capital aberto. Então, se quiserem continuar como empresa de capital aberto, elas têm cinco anos para se adaptar a essa regra. Se quiserem se transformar apenas em empresa pública e ter as regras de empresa pública, basta que não cumpram com esse objetivo. Continuarão como empresas públicas, não mudando em nada o seu funcionamento.

O Sr. Reguffe (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Está esclarecido. Quero parabenizar V. Ex^a por ter a preocupação de moralizar essa questão nas empresas estatais, porque eu acho que isso é importante.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Pela ordem, Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Presidente, pela ordem.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Presidente, eu não gostaria de encerrar sem parabenizar V. Ex^a e agradecê-lo pela iniciativa de colocar esse projeto como projeto prioritário para o Senado neste ano.

Muito obrigado.

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Eu quero...

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Há requerimento sobre a mesa para suspensão do debate!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Há um requerimento sobre a mesa.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Presidente, pela ordem!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Só um questionamento...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Por favor! Nem começou a discussão. Há requerimento na mesa? Nem começou a discussão...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Presidente, eu só quero manter a minha inscrição, para discutir o projeto.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ. *Fora do microfone.*) – Pelo amor de Deus! Não! Quem estava falando era o Relator!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – V. Exª está inscrito.

O Sr. Randolfe Rodrigues (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Senador Tasso, eu peço a atenção de V. Exª só para V. Exª tirar algumas dúvidas nossas em relação a esse projeto.

No art. 1º, quando faz a definição, V. Exª diz o seguinte: “Esta lei dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e suas subsidiárias, abrangendo toda e qualquer empresa pública e sociedade de economia mista da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que exploram atividade econômica – aí, grifo meu –, inclusive as que prestam serviços públicos e as que exploram atividade econômica...”

(Interrupção do som.)

O Sr. Randolfe Rodrigues (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – ... que estão sob o regime de monopólio da União”. Eu pergunto a *(Fora do microfone.)*

V. Exª o seguinte: o senhor traz para o mesmo dispositivo empresas que têm natureza jurídica diferente: as que exploram atividade econômica e as que prestam serviços públicos. Já existe aí um risco de universalizar a condição de sociedades anônimas. O segundo risco que eu trago para dividir e dialogar com V. Exª é o seguinte: nós sabemos da natureza distinta que há entre aquelas que exploram atividade econômica e aquelas que prestam serviço público, que, via de regra, prestam um serviço social. V. Exª não achava por bem nós separarmos a natureza desses dois tipos de atividade por si, *per se*, por elas terem prestação de serviços públicos diferentes?

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – O que nós colocamos...

O Sr. Randolfe Rodrigues (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Permita-me só uma pergunta adicional: nós estamos também estendendo esse regime às fundações? É uma pergunta que lhe faço.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Não. Fundação é fundação.

O Sr. Randolfe Rodrigues (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Fundação não tem nada que ver com empresa, é outro tipo de personalidade jurídica que não tem nada que ver com isso.

O Sr. Randolfe Rodrigues (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – O.k.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Esse é o ponto um.

Quando aí está dito empresas de serviço, é que não são empresas de produção industrial ou mineral. São, por exemplo, prestadoras de serviços elétricos. Elas são concessionárias, que podem ser públicas, ou podem ser privadas, ou podem ser mistas.

O fundo do projeto é que qualquer empresa que tenha esse caráter de empresa, ou seja, prestando serviço público, como é o caso de eletricidade ou uma companhia de água – hoje existem muitas companhias que são mistas, que são privadas, etc. –, obedeça às mesmas regras de governança, ou seja, tenha as mesmas obrigações de governança e as mesmas obrigações de contratação, de caráter de serviço, de caráter de compras, de compras de bens, que esse estatuto prevê no sentido de dar a elas todas, públicas, de economia mista, de prestação de serviço, a transparência e a moralidade. Você não dá nenhum tipo de conotação diferente a essas sociedades. O objetivo é esse, não é outro.

Então, eu acho que nada é mais justo do que uma empresa de distribuição de energia elétrica do Pará, por exemplo – eu não sei –, que seja mista tenha o mesmo tratamento filosófico, de organização, de governança, de controles, TCU, etc. que tem uma Petrobras, por exemplo.

O Sr. Randolfe Rodrigues (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Nesse aspecto, eu concordo com V. Exª. Eu quero, primeiro, cumprimentar V. Exª pelo relatório, pela forma como trabalha o projeto. Eu acho que é necessário e fundamental – depois da situação em que encontramos as empresas estatais em nosso País, todo dia nos noticiários, ou com situação de temeridade ou com situação de corrupção – um marco legal dessa natureza para dar maior transparência. Então, por essa intenção que está clara do senhor, e eu não duvido, eu quero lhe saudar e cumprimentar. Minha preocupação no art. 1º é numa questão: quando nós fazemos essa universalização no trato de todas as empresas, se não corremos o risco de abrir, por exemplo, o capital da Caixa Econômica para uma possibilidade de privatização. É esse um temor que tenho na universalização – digamos assim – da razão social de todas as empresas.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Não, não. Não muda em nada. Eu não tenho esse receio que V. Exª tem, e eu respeito que tenha, porque isso vai depender apenas da modificação de uma legislação com iniciativa do Executivo, que pode acontecer a qualquer momento hoje também.

Inclusive, hoje se discute, dentro do Governo do PT, a abertura de capital da Caixa Econômica, que depende de ela não ser sociedade anônima hoje ou ser à frente. Hoje, ela não é sociedade anônima, mas está sendo cogitada a sua abertura de capital, que não quer dizer privatização. Estou dizendo o que tenho lido nos jornais, pelo menos, por aí.

A sociedade anônima vai ter o mesmo *status*. Se não houver uma autorização do Congresso – porque, se não me engano, precisa de uma autorização –, se não houver a iniciativa do Executivo, que é o acionista majoritário, isso nunca vai acontecer.

Vou dar um exemplo aqui do Senador Eunício, que é um empresário de sucesso. O Senador Eunício é dono das suas empresas; se ele quiser abrir o capital, isso só vai acontecer no dia em que ele quiser. E essa, com certeza, se não me engano, é sociedade anônima. Só vai acontecer no dia em que ele quiser. No dia em que ele não quiser, não acontece nada. Se ele quiser transformar numa sociedade anônima de capital aberto, ele coloca à venda 40% das suas ações. Se ele quiser, um dia, colocar essas ações listadas em Bolsa, ele pede autorização à CVM, obedece a todos os padrões requeridos pela CVM e as coloca na Bolsa.

O que é que acontece com a Caixa Econômica hoje? Apenas se a Caixa Econômica for S. A., ela vai ter obrigação de fazer uma série de demonstrações públicas nos jornais, de lucros e perdas, de relatórios financeiros, de demonstrações de movimento de fundos, periodicamente. E, como ela não tem acionistas, seja analisado por nós acionistas indiretos que hoje não necessariamente ela precisa fazer.

O Sr. Randolfe Rodrigues (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Eu que agradeço, Senador.

Muito obrigado, Presidente, pela paciência.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Eu quero, antecipadamente, cumprimentar o Senador Tasso Jereissati.

Sem dúvida nenhuma que essa é uma das matérias mais importantes do semestre legislativo, e o Senador Tasso Jereissati foi escolhido para relatá-la pelo perfil que nós acabamos de ver aí no desempenho que ele teve na exposição do seu brilhante e oportuno relatório.

Nós temos inscritos o Senador Requião, a Senadora Vanessa e o Senador Lindbergh e temos, paralelamente, sobre a mesa, um requerimento para encerramento de discussão.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Sr. Presidente, Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Sr. Presidente, na verdade, não começou nem a discussão. Aqui ninguém falou ainda.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – O senhor acabou de dizer que é um projeto dos mais importantes. Como é que a gente não vai ter um debate aprofundado?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Porque nós tivemos instâncias de debate variadas.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Não teve, Presidente.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não tivemos instâncias.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Tivemos a Comissão Mista.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Não, não teve.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Teve debate, tramitou em várias comissões...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não, em nenhuma comissão.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Não, Sr. Presidente. Com os Senadores, não.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Do ponto de vista regimental, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Há uma proposta adicional do Senador, de um Líder – não me lembro de quem –, Senador José Agripino, de que nós possamos deixar a votação desta matéria e das outras matérias que são consensuais e importantes para amanhã ao meio-dia.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Pode deixar para amanhã, mas eu vou tentar adiar para o próximo ano. Amanhã, eu vou propor isso, mas pelo menos que não seja hoje.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Amanhã haverá Congresso?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Amanhã haverá Congresso às 10h, mas a sessão do Congresso tem andado rapidamente porque houve um acordo entre os Líderes com relação às matérias que dizem respeito ao Orçamento. Elas estão vindo da Comissão Mista já com acordo e encaminhamento.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Eu acho que a proposta do Senador Agripino vem acompanhada de um enorme bom senso e razoabilidade. Vamos resolver uma coisa de cada vez, como fazia o velho Jack, não é isso? Vamos resolver o que está hoje e, amanhã, resolvemos o de amanhã, Presidente.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA. *Fora do microfone.*) – O velho Jack? (*Risos.*)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Vamos por partes, Presidente, por partes.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA. *Fora do microfone.*) – É, por partes, mas é na navalha!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – V. Exª está propondo a votação hoje?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Acho que V. Exª fez uma boa proposta, Sr. Presidente.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – É amanhã. É amanhã, Presidente.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Sr. Presidente, ninguém quer obstruir. Estou falando a verdade. Mas tem, no mínimo, que discutir. Se for hoje, não tem jeito...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Porque até agora...

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB - CE) – Queria dizer que já são quase 10h da noite.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Eu acho que V. Exª está certo com a proposta de amanhã.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB - CE) – Eu queria propor exatamente isso: concordar com V. Exª. Voltaríamos amanhã para a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Aprovada a proposta do Senador José Agripino. Nós deixamos para amanhã, ao meio-dia, a retomada desta sessão.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Isso, Presidente.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Presidente, eu queria justificar a V. Exª. Na votação nominal que aconteceu aqui eu estava na Comissão de Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – A Ata registrará a manifestação de V. Exª, Senador Benedito de Lira.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 21 horas e 34 minutos.)